



TRADUÇÃO*

*Epistemologia da Virtude Anti-sorte – Duncan Pritchard ***

Anti-Luck Virtue Epistemology

Tradutor

Gregory Gaboardy***

Resumo: neste artigo Duncan Pritchard propõe uma definição de conhecimento que pretende acomodar as intuições de que a posse do conhecimento é incompatível com a sorte epistêmica e de que a posse do conhecimento depende da habilidade cognitiva do agente. Após comparar sua proposta com propostas rivais (que falhariam por não reconhecerem que tais

intuições são independentes entre si), Pritchard conclui argumentando que sua proposta é a mais promissora: resolve problemas centrais da área e pode ser explicada de modo plausível.

Palavras-chave: Conhecimento. Gettier. Epistemologia das virtudes

* Tradução do artigo autorizada pelo autor. A referida autorização encontra-se em poder da revista. Texto original disponível em: https://www.pdcnet.org/collection/show?id=jphil_2012_0109_0003_0247_0279&file_type=pdf

** Versões iniciais deste artigo foram apresentadas no Midwest Epistemology Workshop em St. Louis em setembro de 2009; no Iberan-American Philosophy Congress em Lisboa em outubro de 2009; na conferência “Knowledge, Luck, Virtue, Normativity, Value: Themes from the work of Duncan Pritchard” no Instituto Jean-Nicod em Paris em abril de 2010; na apresentação no Royal Institute of Philosophy na Universidade de Hull em maio de 2010; e na Open University Summer School na Universidade de Bath em agosto de 2010. Sou grato aos públicos dessas ocasiões pelas discussões úteis. Adicionalmente, agradeço a Evan Butts, J. Adam Carter, Julien Dutant, Georgi Gardiner, Mikkel Gerken, Emma Gordon, John Greco, Adam Green, Adrian Haddock, Jesper Kallestrup, Christoph Kelp, Joseph Kuntz, Alan Millar, Wayne Riggs e Ernie Sosa. Este artigo foi escrito enquanto eu estava recebendo o Prêmio Phillip Leverhulme. [N. do autor]

*** Mestrando em Filosofia pela PUCRS. Bolsista CAPES. Contato: ggaboardi@outlook.com

Até relativamente recentemente uma tarefa chave atribuída ao epistemólogo era oferecer uma definição adequada do conhecimento, uma que fosse informativa, não-circular e que pudesse acomodar devidamente nossas intuições epistemológicas salientes. Chame isso de *projeto analítico*. Esse projeto caiu em descrédito recentemente, com muitos argumentando que é uma tarefa falida.¹ Dada a falta de sucesso que epistemólogos têm encontrado nessa questão, não é surpreendente que um ânimo desconsolado devesse se instalar entre aqueles trabalhando nesse projeto. No entanto, tal pessimismo é prematuro. De fato, argumentarei que há uma teoria do conhecimento adequada disponível, que cumpre a missão do projeto analítico.

É central para minha proposta a ideia de que precisamos reconsiderar duas intuições abrangentes que governam nosso pensamento sobre o conhecimento, especificamente nosso pensamento sobre o que transforma crença verdadeira em conhecimento. A primeira será na verdade muito familiar. É a intuição de que quando alguém sabe, seu sucesso cognitivo (isto é, seu crer verdadeiramente) não é uma questão de sorte. Chame isso de *intuição anti-sorte*. Consulte qualquer texto introdutório em teoria do conhecimento e você vai encontrar uma enunciação dessa intuição. Se, por exemplo, pedem que um comentarista explique porque a mera crença verdadeira não pode ser suficiente para o conhecimento, a resposta padrão é apontar que nos casos de mera crença verdadeira, diferentemente de conhecimento, o sucesso cognitivo do indivíduo pode ser simplesmente questão de sorte.² O papel dessa intuição na teoria do conhecimento contemporânea é particularmente aparente na literatura pós-Gettier, onde é frequentemente enunciado que a moral dos casos de Gettier é precisamente que eles demonstram que a crença verdadeira justificada é compatível com o sucesso cognitivo do indivíduo meramente se dever à sorte. A falha da teoria tripartida em acomodar a intuição anti-sorte é assim posta como um golpe decisivo contra ela.³

A segunda intuição não é tão universalmente expressa, mas é certamente discernível em muito do nosso pensamento sobre o conhecimento. É a intuição de que o conhecimento requer habilidade cognitiva, no sentido em que quando alguém sabe, seu sucesso cognitivo deve ser produto de sua habilidade cognitiva. Chame isso de *intuição da habilidade*. Novamente, se encontra um compromisso com essa intuição sendo pressuposto em discussões introdutórias sobre porque a mera crença verdadeira não basta para o conhecimento. A preocupação sobre a mera crença verdadeira, normalmente nos é dito, é que ela

¹ O defensor mais proeminente dessa linha de pensamento é, obviamente, Timothy Williamson. Veja especialmente o capítulo 1 de seu *Knowledge and Its Limits* (New York: Oxford, 2000).

² Considere esta passagem de um dos principais apanhados panorâmicos da teoria do conhecimento contemporânea: “Por que não dizer que o conhecimento é crença verdadeira? A resposta padrão é que identificar conhecimento com crença verdadeira seria implausível porque uma crença que é verdadeira só por sorte não se qualifica como conhecimento.” Matthias Steup, “The Analysis of Knowledge”, in Edward N. Zalta, ed., *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (2006), online em <http://plato.stanford.edu/entries/knowledge-analysis/index.html>, seção 1.2.

³ Considere, por exemplo, esta passagem de uma influente introdução contemporânea à epistemologia: “Esse foi exatamente o ponto dos contraexemplos de Gettier; nada na definição tripartida exclui conhecimento por sorte.”, Jonathan Dancy, *Introduction to Contemporary Epistemology* (New York: Blackwell, 1985), p. 134.

não precisa ser formada do “modo correto”, onde isso significa ser formada via um processo que é apropriado para a aquisição de conhecimento. Mas, o que é um processo de formação de crenças que é apropriado para a aquisição de conhecimento senão uma habilidade cognitiva?⁴ Assim, um compromisso com essa intuição é suposto tacitamente.⁵

É interessante que essas intuições são frequentemente avançadas juntas, ou ao menos o enunciado claro de uma delas (tipicamente da intuição anti-sorte) tende a andar de mãos dadas com observações que implicam um compromisso com a outra intuição. Sob reflexão há uma boa razão para isso, pois parecem haver conexões muito próximas entre essas duas intuições. O que é preciso para assegurar que o sucesso cognitivo do indivíduo não se deva à sorte? Bem, pelo menos intuitivamente, que seja o produto da habilidade cognitiva do indivíduo. Inversamente, enquanto o sucesso cognitivo do indivíduo é produto de sua habilidade cognitiva, então — novamente, intuitivamente — o indivíduo pode esperar, portanto, que ele seja imune à sorte anuladora-de-conhecimento. Assim, se pode considerar essas duas intuições como duas “faces” de uma mesma intuição. Se isso está correto, então qualquer condição epistêmica sobre o conhecimento que é formulada para satisfazer a intuição anti-sorte (chame-a de *condição anti-sorte*) vai com isso satisfazer, se bem-sucedida, a intuição da habilidade, e qualquer condição epistêmica que seja formulada para satisfazer a intuição da habilidade (chame-a de *condição da habilidade*) vai com isso satisfazer, se bem-sucedida, a intuição anti-sorte.

Argumentarei que tal concepção de como essas duas intuições principais sobre o conhecimento estão relacionadas é fundamentalmente falha. Em particular, alegarei que essas duas intuições na verdade impõem demandas epistêmicas independentes sobre nossa teoria do conhecimento, e que é somente quando se reconhece esse fato que se pode oferecer uma resolução bem-sucedida para o projeto analítico. Minha estratégia para demonstrar isso será explorar duas abordagens contemporâneas populares para o projeto analítico nas quais cada uma dessas intuições sobre o conhecimento é tomada como central para si. A primeira, que chamo de *epistemologia anti-sorte*, toma a intuição anti-sorte como central e então visa formular uma condição anti-sorte que possa acomodar essa intuição, e com isso nos oferecer uma teoria do conhecimento adequada, que possa também acomodar a intuição da habilidade. A segunda, que chamo de *epistemologia da virtude*, toma a intuição da habilidade como central e então visa formular uma condição

⁴ Discuto mais a noção de habilidade cognitiva abaixo.

⁵ Veja, por exemplo, esta passagem de uma entrada enciclopédica recente de epistemologia: “O conhecimento, então, requer crença factual. Porém, isso não basta para capturar a natureza do conhecimento. Tal como o conhecimento requer alcançar com sucesso o objetivo da crença verdadeira, ele também requer sucesso no que toca à formação dessa crença. Em outras palavras, nem toda crença verdadeira constitui conhecimento; apenas crenças verdadeiras alcançadas do modo correto constituem conhecimento. Qual, então, o modo correto de alcançar crenças? [...] Podemos começar notando que raciocínio sólido e evidência sólida parecem ser o modo de adquirir conhecimento. Por contraste, um palpite sortudo não pode constituir conhecimento. Similarmente, informação falsa e raciocínio falho não parecem uma receita para o conhecimento, mesmo que ocorra de levarem à crença verdadeira.” David Truncellito, “Epistemology”, in Bradley Dowden e James Fieser, eds., *Internet Encyclopedia of Philosophy* (2007), online em <http://www.iep.utm.edu/epistemo/>, seção 2.c.

da habilidade que possa acomodar essa intuição, e com isso nos oferecer uma teoria do conhecimento adequada, que possa também acomodar a intuição anti-sorte.

Argumentarei que ambas as propostas falham, e falham precisamente porque são incapazes de acomodar totalmente a intuição principal que não tratam como central. Alegarei que a falha dessas duas abordagens demonstra que precisamos conceber as duas intuições principais como impondo demandas epistêmicas distintas e, portanto, como exigindo condições epistêmicas independentes. A posição resultante, que chamo de *epistemologia da virtude anti-sorte*, pode lidar com a gama total de casos de “teste” na teoria do conhecimento. Além disso, argumentarei que se pode também oferecer uma explicação plausível sobre porque o componente epistêmico do conhecimento pode ter essa estrutura bipartida. Longe de ser uma causa perdida, será mostrado que o projeto analítico está de volta no páreo.

I. EPISTEMOLOGIA ANTI-SORTE

Como notado acima, a moral principal que geralmente é extraída da literatura pós-Gettier é que a condição da justificação não é suficiente para excluir a sorte anuladora-de-conhecimento, como foi amplamente suposto. Em resumo, a condição da justificação na teoria tripartida do conhecimento não é suficiente para acomodar a intuição anti-sorte. O debate pós-Gettier com isso inevitavelmente gera uma discussão sobre qual tipo de condição ou condições epistêmicas poderiam acomodar tal intuição.

Uma proposta que veio à tona na literatura inicial foi que uma condição necessária para o conhecimento era que a crença verdadeira deveria ser *sensível*, no seguinte sentido:

O Princípio da Sensibilidade:

Se S sabe que p , então se p não tivesse sido verdadeira S não teria acreditado que p .⁶

O principal expoente desse princípio foi obviamente Robert Nozick, mas se pode encontrar endossamentos de princípios muito similares no trabalho de um número de filósofos importantes, e esse princípio é defendido até hoje.⁷

⁶ Falando rigorosamente, deveríamos relativizar esse princípio — e o princípio da segurança abaixo — para a base atual da crença do agente em p , pois do contrário ele será suscetível aos contraexemplos estilo-“Avó” (veja Robert Nozick, *Philosophical Explanations* (New York: Oxford, 1981), p. 179). No que segue, para facilitar a formulação tomarei tal relativização como pressuposta.

⁷ Ibid. capítulo 3. Veja também, Fred Dretske, “Epistemic Operators”, *Journal of Philosophy*, LXVII, 24 (dez. 24, 1970): 100-23; Dretske, “Conclusive Reasons”, *Australasian Journal of Philosophy*, XLIX, 1 (maio, 1971): 1-22; e Alvin Goldman, “Discrimination and Perceptual Knowledge”, neste periódico, LXXIII, 20 (nov. 18, 1976): 771-91. Para alguns textos recentes que exploram de maneira simpática o princípio da sensibilidade, veja Sherrilyn Roush, *Tracking Truth: Knowledge, Evidence, and Science* (New York: Oxford, 2005); Kelly Becker, *Epistemology Modalized* (New York: Routledge, 2007); Tim Black e Peter Murphy, “In Defense of Sensitivity”, *Synthese*, CLIV, 1

O princípio da sensibilidade não tem problemas no trato com casos estilo-Gettier. Considere os seguintes três casos estilo-Gettier que são frequentemente discutidos na literatura, todos os quais envolvem uma crença verdadeira que recebe bom apoio epistêmico e ainda assim não resulta em conhecimento por causa da presença de sorte epistêmica:

Edmund

Edmund forma uma crença de que Jones tem um Ford por razões excelentes. Ele então validamente infere que ou Jones tem um Ford ou Smith está em Barcelona, e conseqüentemente forma a crença nessa proposição implicada somente com base em suas razões para crer na proposição implicante e na dedução relevante. Acontece que a proposição implicante é falsa; a proposição implicada é, contudo, verdadeira dado que é o caso que (sem que Edmund saiba) Smith está em Barcelona.⁸

Roddy

Usando suas faculdades perceptuais confiáveis, Roddy não-inferencialmente forma uma crença de que há uma ovelha no campo diante dele. Sua crença também é verdadeira. Sem que ele saiba, contudo, a verdade de sua crença está completamente desconectada da maneira pela qual ele a adquiriu dado que o objeto que ele está olhando no campo não é uma ovelha em absoluto, mas na verdade um objeto em forma de ovelha que tira de vista a ovelha real escondida atrás.⁹

Barney

Usando suas faculdades perceptuais confiáveis, Barney não-inferencialmente forma uma crença verdadeira de que o objeto na frente dele é um celeiro. Barney está de fato olhando um celeiro. Sem que ele saiba, contudo, ele está em um ambiente epistemologicamente inóspito quando se trata de fazer observações desse tipo, pois a maioria dos objetos que parecem celeiros nessas áreas são na verdade fachadas de celeiros.

Em todos os três casos temos exemplos de um sucesso cognitivo que é tal que, se os fatos relevantes tivessem sido diferentes (mas todo o resto permanecesse igual, consistente com essa mudança), então o agente, independentemente disso, teria continuado a crer na proposição alvo, e portanto teria

(janeiro, 2007): 53-71; e Black, “Defending a Sensitive Neo-moorean Invariantism”, em Vincent Hendricks e Duncan Pritchard, eds., *New Waves in Epistemology* (New York: Palgrave Macmillan, 2007), pp. 8-27.

⁸ Esse é, obviamente, um dos dois casos oferecidos por Edmund Gettier, “Is Justified True Belief Knowledge?”, *Analysis*, XXIII, 6 (junho, 1963): 121-23.

⁹ Esse caso é adaptado de um oferecido por Roderick Chisholm, *Theory of Knowledge*, 2ª ed., (Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1977), p. 105.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.9 – Nº.1	Julho 2016	p.148-181
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	-----------

acreditado falsamente. Se tivesse sido falso que Jones tem um Ford ou Smith está em Barcelona — isto é, se Smith não tivesse de fato estado em Barcelona, mas visitando amigos em Tarragona, digamos — então claramente Edmund independentemente disso teria continuado a crer em sua proposição, dado que a base para sua crença (suas razões para crer que Jones tem um Ford, e seu conhecimento da implicação relevante) estaria inalterada. Se tivesse sido falso que há uma ovelha no campo — isto é, se a ovelha em questão tivesse vagueado para um campo vizinho — Roddy independentemente disso teria continuado a crer nessa proposição, dado que a base para sua crença (o objeto em forma de ovelha que pode ser visto no campo) estaria inalterada. E se tivesse sido falso que o objeto para o qual Barney está olhando é um celeiro — isto é, se fosse uma fachada de celeiro — Barney independentemente disso teria continuado a crer nessa proposição, dado que a base para sua crença (que está diante de um objeto plausivelmente em forma de celeiro) estaria inalterada. Assim, todos os três casos envolvem uma crença verdadeira insensível, e portanto o princípio da sensibilidade não tem problema em explicar porque eles não resultam em conhecimento.

O princípio da sensibilidade também pode lidar com outros casos que se aproveitam da intuição anti-sorte, como o caso da loteria, em que o agente não tem conhecimento mesmo tendo uma crença verdadeira que é apoiada por razões excelentes:

Lottie

Lottie tem um tíquete para uma loteria justa, com probabilidades muito pequenas de ganhar. A loteria foi encerrada, mas Lottie não ouviu o resultado ainda. Refletindo sobre as probabilidades envolvidas ela conclui que o tíquete dela era perdedor. A crença de Lottie de que ela tem um tíquete perdedor é verdadeira.

O princípio da sensibilidade pode explicar porque Lottie não tem conhecimento, pois sua crença verdadeira, apesar de seu excelente pedigree epistêmico, é insensível. Se tivesse sido falso que o tíquete de Lottie fosse um tíquete perdedor — isto é, se Lottie tivesse ganhado na loteria — então ela independentemente disso teria continuado a crer nessa proposição, dado que a base dela para essa crença (obtida por refletir sobre as probabilidades mínimas de ganhar) estaria inalterada.

Além disso, o princípio da sensibilidade também pode explicar porque a falta de conhecimento de Lottie nesse caso é compatível com o fato inegável de que Lottie poderia ter ganho conhecimento sobre a proposição alvo por meios em que a evidência apoiadora teria sido mais fraca de um ponto de vista probabilístico. Por exemplo, Lottie pode ganhar o conhecimento de que ela tem um tíquete perdedor ao ler o resultado da loteria em um jornal confiável, e ainda assim as chances dela formar uma crença falsa sobre essa base são certamente maiores do que as chances dela formar uma crença falsa na mesma proposição ao

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.9 – N°.1	Julho 2016	p.148-181
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	-----------

refletir sobre as longas probabilidades envolvidas. Não importa o quão confiável for o jornal, certamente é o caso que as probabilidades de que ele contenha um erro de impressão nesse sentido são maiores que as probabilidades de ganhar uma loteria nacional ou estadual típica. A sensibilidade pode explicar o que está acontecendo aqui, porque se Lottie tivesse formado sua crença na proposição alvo ao consultar um jornal confiável, então sua crença teria sido sensível. Pois, suponha que Lottie ganhou a loteria, mas que todo o resto consistente com isso continua igual. Dada a base de Lottie para sua crença, ela não continuaria acreditando que tinha um tíquete perdedor, dado que nesse cenário contrafactual ela estaria olhando para o conjunto de números *ganhadores* do tíquete impresso em seu jornal confiável.

O contraste entre essas duas variações no caso de Lottie demonstra que a alta força probabilística das evidências do indivíduo pode (ao menos se ela for menor que 1) não ser suficiente para assegurar que a crença do indivíduo é sensível. A sensibilidade, assim, explica o que acontece nesses dois casos ao destacar o ponto surpreendente de que enquanto o que é exigido pelo conhecimento é uma base epistêmica que assegure a sensibilidade das crenças do indivíduo, a força probabilística das evidências, não importa o quão grande for (salvo a força probabilística de 1) pode não ser suficiente para fornecer tal base epistêmica.¹⁰

A sensibilidade pode assim ser capaz de lidar com a intuição anti-sorte e, portanto, parece ser uma forte candidata ao modo correto de pensar sobre a condição anti-sorte do conhecimento. Esse princípio enfrenta uma série de problemas, contudo, não sendo o menor deles o de que é incapaz de lidar com certo tipo de conhecimento indutivo.¹¹ Considere o seguinte caso:

Ernie

Ernie coloca um saco de lixo na calha de lixo em seu apartamento em um andar elevado. Ele tem toda razão para pensar que a calha está funcionando corretamente e assim crê, poucos minutos depois, que o lixo está no porão. Sua crença é verdadeira.¹²

¹⁰ Que aquilo com que nos importamos quando se trata de atribuições de conhecimento seja a proximidade modal do erro em vez da probabilidade do erro está de acordo com parte da literatura empírica recente sobre os juízos dos sujeitos acerca do risco e da sorte. Parece que os sujeitos atribuem muito mais risco para um evento que é modalmente próximo do que para um que é modalmente distante mesmo quando estão plenamente cientes de que os dois eventos têm a mesma probabilidade de ocorrer. Para uma pesquisa sobre a literatura empírica relevante acerca do risco e da sorte e sua relevância para a epistemologia, veja Pritchard e Matthew Smith, “The Psychology and Philosophy of Luck”, *New Ideas in Psychology*, XXII, (abril 2004): 1-28.

¹¹ Para a discussão de alguns dos outros problemas desafiando a sensibilidade, veja Williamson, op.cit., capítulo 7; e Pritchard, “Sensitivity, Safety, and Anti-Luck Epistemology”, in John Greco, ed., *The Oxford Handbook of Skepticism* (New York: Oxford, 2008), pp.437-55.

¹² Esse caso se deve a Ernest Sosa, “How to Defeat Opposition to Moore”, *Noûs*, XXXIII, Suplemento: Philosophical Perspectives, 13: Epistemology (outubro 1999): 141-53.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.9 – Nº.1	Julho 2016	p.148-181
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	-----------

Intuitivamente, Ernie tem conhecimento nesse caso dado que, mesmo que ele não tenha visto o lixo no porão, ele tem uma excelente base indutiva para pensar que o lixo está lá. Claramente, porém, a crença de Ernie não é sensível, dado que se o lixo não tivesse chegado ao porão, mas todo o resto continuasse igual (se um trabalhador tivesse recentemente danificado a calha de modo que o lixo estaria ficando preso no terceiro andar, por exemplo), Ernie independentemente disso teria continuado a crer, e assim teria acreditado falsamente.

Problemas assim levaram comentadores a se afastar do princípio da sensibilidade e adotar um princípio modal similar que parece melhor posicionado para capturar nossas intuições sobre o conhecimento:

O Princípio da Segurança

Se S sabe que p , então a crença verdadeira de S de que p não poderia facilmente ter sido falsa.¹³

O princípio da segurança também é capaz de lidar com casos estilo-Gettier, dado que em tais casos o agente forma uma crença verdadeira de um modo que ele poderia facilmente incorrer em erro. Se Jones não tivesse estado em Barcelona, mas em Tarragona, então Edmund teria acreditado falsamente; se a ovelha tivesse vagueado para um campo vizinho, então Roddy teria acreditado falsamente; e se o objeto diante de Barney tivesse sido uma fachada de celeiro em vez de um celeiro, então ele teria acreditado falsamente. Além disso, o princípio da segurança também pode lidar com o caso da loteria, pois ele também envolve uma crença que poderia facilmente ter sido falsa (se acontecesse de Lottie estar em posse do tíquete ganhador; retornaremos para essa questão). De fato, o princípio oferece o mesmo tipo de explicação de porquê Lottie não tem conhecimento que vimos sendo oferecido pelo princípio da sensibilidade, dado que o que é importante não é a probabilidade do erro (que obviamente é muito baixa), mas sim a proximidade modal desse erro.

O princípio da segurança tem uma vantagem sobre o princípio da sensibilidade quando se chega ao problema colocado pelo tipo de conhecimento indutivo em questão no caso de Ernie. Enquanto as crenças de Ernie não são sensíveis, elas são seguras. Dado como ele formou essa crença, afinal, não poderia facilmente ter sido o caso que a crença dele é falsa. Agora, se pode protestar contra essa alegação pelas razões de que a questão da crença verdadeira de Ernie poder muito facilmente ter sido falsa é uma

¹³ Para uma defesa chave do princípio da segurança, veja *ibid.* Princípios similares têm sido avançados por Steven Luper, “The Epistemic Predicament: Knowledge, Nozickian Tracking, and Skepticism”, *Australasian Journal of Philosophy*, LXII, 1 (março, 1984): 26-50; Luper, “Indiscernability Skepticism”, in Luper ed., *The Sceptics: Contemporary Essays* (Burlington, VT: Ashgate, 2003), pp. 183-202; R. M. Sainsbury, “Easy Possibilities”, *Philosophy and Phenomenological Research*, LVII, 4 (dezembro, 1977): 907-19. Williamson, *op.cit.*, capítulo 5; e Pritchard, “Resurrecting the Moorean Response to the Sceptic”, *International Journal of Philosophical Studies*, x, 3 (Agosto 2002): 283-307; Pritchard, *Epistemic Luck* (New York: Oxford, 2005); e Pritchard, “Anti-Luck Epistemology”, *Synthese*, CLVIII, 3 (outubro, 2007): 277-97.

questão aberta dado o modo como o caso é descrito. Talvez, por exemplo, exista uma protuberância na calha de lixo na qual o saco de lixo de Ernie poderia facilmente ter se prendido. Sendo assim, apesar da base indutiva para a crença, ela não é segura, dado que poderia facilmente ter sido falsa (afinal, nesse caso em que o lixo se prenderia na protuberância durante a descida, Ernie continuaria acreditando com a mesma base indutiva que ele está no porão, e portanto acreditaria falsamente).

O interessante, entretanto, é que essa questão na verdade favorece a segurança em vez do contrário, dado que ela destaca que exemplos como o de Ernie precisam ser entendidos de certo modo se vamos atribuir conhecimento ao nosso protagonista. Pois note que enquanto é verdade que a presença de uma protuberância na calha do lixo (que poderia tão facilmente ter impedido o lixo de chegar ao porão) basta para tornar a crença alvo não-segura, se entendemos o exemplo desse modo, então não há tentação alguma para pensar que Ernie tem conhecimento. Em contraste, se interpretamos o exemplo do modo em que naturalmente tendemos a fazê-lo, tal que não há protuberâncias e coisas parecidas impedindo o lixo de chegar ao porão, então a intuição de que Ernie tem conhecimento retorna, e também retorna a segurança da crença alvo. Se uma mudança significativa nas circunstâncias atuais é exigida para assegurar que o lixo falha em alcançar o porão (uma mudança significativa que, além disso, é indetectável para Ernie), então sua crença será segura, pois ela não poderia facilmente ter sido falsa.

Considerar o caso de Ernie sob a luz do caso de Lottie também é instrutivo nesse sentido. É exigido que se mude muito pouco nas circunstâncias atuais para assegurar que a crença verdadeira de Lottie se torne indetectavelmente falsa, isso explica porque sua crença é não-segura e, logo, não é candidata a conhecimento. Em contraste, bastante coisa tem que mudar nas circunstâncias atuais para assegurar que a crença verdadeira de Ernie se torne indetectavelmente falsa, isso explica porque sua crença é segura e, logo, nesse aspecto pelo menos, está no mercado para ser conhecimento.

Isso ilustra uma lição importante que se ajusta confortavelmente com nossa intuição anti-sorte. Ao desejar que nosso sucesso cognitivo seja imune à sorte não estamos com isso desejando que ele esteja livre de *qualquer* possibilidade de erro, não importando o quão remota. Sendo assim, conforme o erro se torna mais remoto — ou seja, conforme mais coisas precisam mudar na situação atual para o agente (contrafactualmente) formar uma crença falsa — nos tornamos mais tolerantes com ele, até o ponto em que não consideramos mais o erro contrafactual como se indicasse que há algo sortudo sobre o sucesso cognitivo alvo. Assim, a intuição anti-sorte se manifesta, em acordo com como estamos lendo o princípio da segurança, com uma completa intolerância ao erro em circunstâncias contrafatuais próximas, uma tolerância ao erro em circunstâncias contrafatuais remotas, e uma escala deslizante de tolerância entre esses dois extremos. Portanto, no caso de Lottie, por exemplo, onde o erro contrafactual é muito próximo, não hesitamos em descartar a possibilidade de conhecimento por razões anti-sorte. Em contraste, em um caso paralelo de Lottie em que a crença na proposição alvo é formada de modo apropriado (por exemplo,

ao ler um jornal confiável) e que como resultado não exista nenhum erro contrafactual próximo, estaremos felizes em atribuir conhecimento (ainda que a probabilidade de erro seja maior). Como vimos, em exemplos como o caso de Ernie se pode preencher os detalhes de um modo que extrai respostas diferentes. Se você torna o erro contrafactual próximo, como quando se supõe que há uma protuberância na calha, então se perde a intuição de que a crença alvo estaria no mercado para ser conhecimento, e ela também cessa de ser segura. Se, por outro lado, lemos o exemplo do modo natural em que tal erro contrafactual é remoto, então se retém a intuição de que esse é um caso de conhecimento, e também de que a crença alvo é segura.¹⁴

Há outro problema *prima facie* para o princípio da segurança, mas que se revela ilusório, que envolve como o princípio lidaria com proposições necessárias, ou ao menos proposições que são verdadeiras em todas as circunstâncias similares à circunstância atual em que a crença foi formada. A preocupação é que qualquer crença verdadeira em tal proposição seria trivialmente garantida que fosse tal que não poderia facilmente ser falsa, não por causa de qualquer característica epistemicamente relevante da crença (como sua firmeza epistêmica), mas puramente por causa da natureza da proposição em que se crê. Considere, por exemplo, o seguinte caso:

Mathema

Mathema usa uma calculadora para descobrir a resposta de 12×13 . Como resultado ele forma a crença verdadeira de que $12 \times 13 = 156$. Sem que Mathema saiba, contudo, sua calculadora está de fato estragada e gerando “respostas” aleatoriamente.

Claramente Mathema não conhece a proposição alvo. Ainda assim, dado que essa proposição é necessariamente verdadeira, parece que não pode ser o caso que sua crença poderia facilmente ter sido falsa e, portanto, parecemos comprometidos em sustentar que essa crença é segura. Em vez de ser um contraexemplo devastador para a segurança, entretanto, casos como esse destacam que precisamos entender a segurança de um modo muito específico.

Quando falamos de uma crença segura de que p sendo tal que ela não poderia facilmente ter sido falsa é tentador supor que isso significa que a crença do agente *de que p* em circunstâncias similares não seria falsa. Essa leitura do princípio de segurança é de fato suscetível a casos problemáticos como Mathema, pois onde a proposição em questão é tal que não é falsa em qualquer circunstância (similares ou

¹⁴ Versões iniciais do princípio da segurança não deixaram essa característica do princípio explícita, e isso deu origem à objeção de que a segurança não pode simultaneamente lidar com ambos os casos Lottie e Ernie. Para uma enunciação clara dessa objeção, veja Greco, “Worries about Pritchard’s Safety”, *Synthese*, CLVIII, 3 (outubro, 2007): 299-302. Para uma resposta alinhada com a explicação do princípio da segurança avançada aqui, veja Pritchard, “Anti-Luck Epistemology”.

não), então claramente o agente não pode deixar de ter uma crença verdadeira nessa proposição que não poderia facilmente ser falsa, independentemente da firmeza epistêmica dessa crença. Sob reflexão, contudo, fica claro que esse não é o jeito certo de entender a segurança. Pois o que estamos interessados é em como o agente forma suas crenças em circunstâncias similares e em resposta aos mesmos estímulos. Essas crenças podem ser crenças *de que p*, mas podem igualmente ser crenças em proposições distintas.

Para ver esse ponto, considere o caso Mathema novamente. Enquanto de fato não há circunstância similar em que possamos imaginar Mathema formando a crença de que $12 \times 13 = 156$ sobre a mesma base e ainda assim crendo falsamente, podemos certamente imaginar muitas circunstâncias similares em que Mathema forma sua crença sobre a mesma base e acaba ficando com uma crença falsa, como na situação similar em que a calculadora gera um resultado diferente. A crença de Mathema, portanto, não é segura e, sendo assim, o princípio da segurança é perfeitamente capaz de explicar porque Mathema não tem conhecimento nesse caso, ao menos enquanto formulamos esse princípio corretamente.¹⁵

No princípio da segurança, então, parece que temos um modo de pensar sobre a condição anti-sorte do conhecimento que fica em acordo com nossas intuições gerais a esse respeito e que não é, sob inspeção detalhada, suscetível aos mesmos problemas óbvios.^{16, 17} Além disso, perceba que o princípio da segurança não está respondendo apenas ao problema colocado pelos casos estilo-Gettier, mas também aos outros casos problemáticos na epistemologia, como o caso da loteria. Com isso em mente, podemos ficar tentados pela ideia de que tudo que é exigido de uma teoria do conhecimento seja uma condição anti-sorte formulada apropriadamente, de modo que o conhecimento seja crença verdadeira que satisfaz essa condição anti-sorte. Chame isso de uma *epistemologia anti-sorte*.¹⁸ Tal posição é defensável?

Se ela é defensável, então precisa ser capaz de acomodar a intuição da habilidade com que começamos. À primeira vista, isso não deveria ser um problema dado que, em todos os casos que

¹⁵ Para mais discussão desse ponto, veja Pritchard, “Safety-Based Epistemology: Whither Now?”, *Journal of Philosophical Research*, XXXIV (2009): 33-45; Pritchard, “There Cannot be Lucky Knowledge”, in Steup e Turri, eds., *Contemporary Debates in Epistemology*, 2ª ed., (Malden, MA: Wiley-Blackwell, no prelo).

¹⁶ Para mais discussão de alguns problemas desafiando o princípio da segurança, veja Ram Neta e Guy Rohrbaugh, “Luminosity and the Safety of Knowledge,” *Pacific Philosophical Quarterly*, lxxxv, 4 (dezembro 2004): 396–406; Juan Comesaña, “Unsafe Knowledge,” *Synthese*, cxlvi, 3 (setembro 2005): 393–402; Greco, op. cit.; e Avram Hiller e Neta, “Safety and Epistemic Luck,” *Synthese*, clviii, 3 (outubro 2007): 303–14. Ofereço uma defesa mais completa do princípio da segurança em Pritchard, “There Cannot Be Lucky Knowledge,” para o qual Stephen Hetherington responde com “There Can Be Lucky Knowledge,” in Steup and Turri, eds., op. cit.

¹⁷ Ainda que aqui eu tenha optado pelo princípio da segurança em vez do princípio da sensibilidade como melhor maneira de pensar sobre a condição anti-sorte, sou simpático à ideia de que há uma maneira de pensar sobre o princípio da sensibilidade em que ele é equivalente ao princípio da segurança, ainda que deva ser notado que o princípio da sensibilidade, assim concebido, seria muito diferente daquilo que foi desenvolvido por pessoas como Nozick. Para mais sobre esse ponto, veja Pritchard, *Epistemic Luck*, capítulo 6. Para uma discussão mais geral dos méritos relativos dos princípios da segurança e da sensibilidade, veja Pritchard, “Sensitivity, Safety, and Anti-Luck Epistemology”.

¹⁸ Para uma defesa prolongada dessa posição, veja Pritchard, *Epistemic Luck* e “Anti-Luck Epistemology” (o presente artigo representa, portanto, uma apostasia de minha parte).

consideramos até aqui, onde o princípio da segurança foi satisfeito o agente envolvido exibiu a habilidade cognitiva relevante. De fato, se pode pensar que refletir sobre a condição anti-sorte demonstra que essa é a intuição mais geral sobre o conhecimento. Afinal, nos casos estilo-Gettier o sucesso cognitivo do agente é produto de habilidade, e mesmo assim ele não tem conhecimento porque não satisfaz a intuição anti-sorte. Em contraste, nos casos que consideramos em que o agente satisfaz a condição anti-sorte e, portanto, tem conhecimento, o agente também satisfaz a intuição da habilidade. Assim, parece que há *prima facie* uma base para supor que enquanto uma formulação correta da condição da habilidade não será capaz de satisfazer a intuição anti-sorte (por causa de casos estilo-Gettier), uma formulação correta da condição anti-sorte *será* capaz não apenas de acomodar a condição anti-sorte, mas também a condição da habilidade.

Lamentavelmente, a epistemologia anti-sorte, apesar se suas atrações superficiais, não será aceita. Antes de chegar em uma consideração decisiva contra essa posição quero primeiro considerar um problema que não penso que seja decisivo em absoluto (ainda que possa parecê-lo se nos aproximamos da epistemologia anti-sorte a partir de certo ângulo teórico). A preocupação é que a epistemologia anti-sorte é essencialmente vinculada com o externismo epistêmico, e uma linha muito natural para se tomar é a de que qualquer teoria externista do conhecimento jamais poderia acomodar completamente a intuição da habilidade.

Há vários modos de formular a distinção externismo/internismo epistêmico, mas a maioria (senão todos) dos internistas epistêmicos concordariam que um requisito necessário para o conhecimento é que o conhecedor tenha boas bases reflexivamente acessíveis a favor de sua crença na proposição alvo.¹⁹ Claramente, a epistemologia anti-sorte não demanda isso, dado que não há nada sobre satisfazer uma condição modal como a segurança que possa implicar que o agente tem tais bases. A epistemologia anti-sorte, assim, implica o externismo epistêmico. Esse fato basta para mostrar que a epistemologia anti-sorte não pode satisfazer a intuição da habilidade?

Penso que não, ou pelo menos penso que não devemos deixar que um problema desses resolva a questão. Pois, enquanto certamente há um jeito de pensar sobre a intuição da habilidade tal que ela demanda que o conhecimento do indivíduo se deva à habilidade cognitiva de um modo que essa habilidade seja sempre acompanhada por bases reflexivamente acessíveis, tal interpretação é inevitavelmente contenciosa por causa de suas óbvias implicações negativas para o externismo epistêmico.

¹⁹ Enquanto a maioria (senão todos) dos internistas epistêmicos aceitará essa alegação, há um grupo significativo de internistas que sustentam que não devemos definir o internismo epistêmico desse jeito “acessibilista”. Veja especificamente Earl Conee e Richard Feldman, *Evidentialism* (New York: Oxford, 2004). Para discussão sobre essa questão, veja Pritchard, “Evidentialism, Internalism, Disjunctivism”, in Trent Dougherty, ed., *Evidentialism and its Discontents* (New York: Oxford, 2011), pp. 235-53. Para uma discussão mais geral da distinção externismo/internismo epistêmico, veja os artigos coletados em Hilary Kornblith, ed., *Epistemology: Internalism and Externalism* (Malden, MA: Blackwell, 2001).

De fato, externistas epistêmicos sem dúvida responderão alegando que enquanto pode muito bem ser desejável possuir apoio epistêmico reflexivo para nossas crenças, e enquanto pode frequentemente ser o caso que o exercício da habilidade cognitiva gere tais bases (afinal somos criaturas reflexivas), é errado construir uma exigência internista dentro da intuição da habilidade desse jeito.

Curiosamente, os tipos de exemplos sobre os quais externistas e internistas epistêmicos discutem são precisamente casos em que é suposto que o sucesso cognitivo do agente seja produto de sua habilidade cognitiva. No notório caso do *chicken-sexer*,** por exemplo, está incluído no exemplo que o agente tem uma habilidade altamente confiável que lhe permite formar crenças verdadeiras sobre o sexo dos pintos (ocorre apenas que se supõe que o agente é capaz de manifestar tal habilidade sem ter base reflexivamente acessível a favor das crenças formadas desse modo). Assim, não se pensa que esteja em questão se o agente satisfaz a condição da habilidade (e, nesse sentido, a intuição anti-sorte), ainda que previsivelmente o internista epistêmico não vá ficar feliz com uma atribuição de conhecimento nesse caso. Enquanto obviamente é uma saída aberta para o internista insistir que uma construção mais exigente da intuição da habilidade deve ser adotada, uma que não é satisfeita no caso do *chicken-sexer*, este seria um movimento dialético bastante obtuso para se fazer nesse debate, seria de pouca importância para os externistas epistêmicos, que simplesmente insistirão em sua própria leitura mais inclusiva da intuição da habilidade.²⁰

De qualquer jeito, não penso que devemos deixar uma interpretação controversa da intuição da habilidade decidir a questão de avaliar a epistemologia anti-sorte, pois sem dúvida é preferível fazer tal avaliação sobre bases teoricamente neutras caso possamos. Ocorre que há um tipo de caso que coloca um problema para a epistemologia anti-sorte sobre o qual externistas epistêmicos e internistas epistêmicos devem concordar. Em particular, tal caso mostra que a epistemologia anti-sorte não pode satisfazer a intuição da habilidade, independentemente de interpretarmos essa intuição em linhas externistas ou internistas.

Considere o seguinte exemplo:

Temp

Temp forma suas crenças sobre a temperatura em uma sala consultando um termômetro. Suas crenças assim formadas são altamente confiáveis, no sentido em que qualquer crença que ele forma sobre essa base sempre será correta. Além disso, ele não tem razão para pensar que há

** N. do T.: A expressão “chicken-sexer” diz respeito aos indivíduos que trabalham separando pintos machos de pintos fêmeas, e que seriam competentes nisso mesmo sendo incapazes de explicar como determinam o sexo de cada pinto.

²⁰ Para mais discussão do exemplo do *chicken-sexer*, veja Linda Zagzebski, *Virtues of the Mind: An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge* (New York: Cambridge, 1996), seções 2.1 e 4.1; Robert Brandom, “Insights and Blindspots of Reliabilism,” *The Monist*, lxxxi, 3 (Julho, 1998): 371-92; e Pritchard, Epistemic Luck.

qualquer coisa errada com o termômetro. Mas, o termômetro está de fato estragado, e flutuando aleatoriamente dentro de dado intervalo. Sem que Temp saiba, há um agente escondido na sala que está controlando o termostato e cuja função é assegurar que toda vez que Temp consulta o termômetro a “indicação” no termômetro corresponde à temperatura na sala.

Intuitivamente, Temp não pode saber a temperatura da sala ao consultar um termômetro estragado desse modo, mesmo que suas crenças assim formadas sejam garantidamente verdadeiras. Em particular, o que há de errado com as crenças de Temp é que elas exibem a direção de ajuste errada com os fatos, pois enquanto suas crenças formadas sobre essa base são garantidamente verdadeiras, a correção delas não tem nada a ver com as habilidades de Temp e tudo a ver com algum aspecto externo à sua agência cognitiva. Isso significa que o que subjaz à nossa intuição de que Temp não tem conhecimento nesse caso é o fato de que suas crenças falham em satisfazer a intuição da habilidade. Além disso, perceba que não faz diferença supor que Temp tem boas bases reflexivamente acessíveis a favor de suas crenças nesse caso, pois de qualquer jeito elas não resultarão em conhecimento. Logo, esse exemplo não se aproveita do fato de que a epistemologia anti-sorte é uma teoria externista do conhecimento.

Perceba que qualquer que seja a formulação da condição anti-sorte pela qual se opte, Temp satisfará essa condição. De modo mais geral, o que quer que se deseje dizer sobre o que há de epistemicamente deficiente nas crenças de Temp, não parece que sua crença falhará em satisfazer a intuição anti-sorte. Afinal, suas crenças são garantidamente verdadeiras dado o modo como ele forma elas e, portanto, dificilmente pode ser o caso que seu sucesso cognitivo seja meramente questão de sorte. Mais especificamente, enquanto seu sucesso cognitivo não é produto de sua habilidade cognitiva, isto não é por sê-lo simplesmente uma questão de sorte.

Podemos destacar esse ponto mais claramente ao considerar como as crenças de Temp satisfazem o princípio da segurança.²¹ Isso é assegurado pelo fato de que a maneira pela qual Temp está formando suas crenças, de modo que o sucesso é garantido, significa que dificilmente pode ser o caso que ele poderia facilmente ter formado uma crença falsa. Note também que o problema em jogo aqui não é um que revela uma falha particular em nossa formulação do princípio da segurança, como se pudéssemos reformular o princípio de um modo que assegurasse que uma condição anti-sorte revitalizada poderia lidar com essa dificuldade. Pois o ponto subjacente demonstrado por esse exemplo é que nenhum princípio modal do tipo exigido para eliminar a sorte anuladora-de-conhecimento será capaz de especificar o tipo de direção de ajuste que é exigido para que uma crença satisfaça a intuição da habilidade. Isto é, ao satisfazer

²¹ E, nesse sentido, o princípio da sensibilidade também. Se aquilo em que Temp acreditou não fosse o caso então o ajudante teria alterado o termostato de acordo para assegurar que mesmo assim Temp formasse uma crença verdadeira. Logo, é verdade que se aquilo em que ele acreditou fosse falso, ele não teria acreditado e, portanto, a sensibilidade é satisfeita.

o princípio modal relevante se assegura, através do devido número de casos possíveis, que há o tipo correto de correspondência entre crenças e fatos; mas o que não se assegura com isso é que certa relação entre crenças e fatos se realize, uma relação que casos como Temp indicam que é essencial para a manifestação do sucesso cognitivo que é produto da habilidade cognitiva.

II. EPISTEMOLOGIA DA VIRTUDE

A lição das considerações precedentes é que nenhuma formulação plausível da condição anti-sorte pode acomodar totalmente a intuição da habilidade, e com isso a epistemologia anti-sorte fica sob séria ameaça. Se poderia reagir, obviamente, negando ou modificando a intuição da habilidade, e desse modo argumentando que devemos atribuir conhecimento no caso de Temp. Antes de tomar um curso tão desesperado de ação, porém, vale a pena considerar se há alguma opção menos dolorosa disponível.

Dado o que dissemos antes sobre como os agentes em casos estilo-Gettier satisfazem, apesar de tudo, a intuição da habilidade, se pode pensar que há pouco para ser obtido ao se tentar definir o conhecimento em termos de crença verdadeira e de uma condição de habilidade. Curiosamente, contudo, há potencialmente um modo promissor de contornar o problema colocado por casos estilo-Gettier nesse sentido e, sendo assim, tal proposta alternativa pode ser viável no fim das contas.

É útil nesse momento dizer algo mais sobre o que uma habilidade cognitiva envolve. Notamos acima que uma habilidade cognitiva é um processo formador-de-crenças que é condutor-ao-conhecimento. Podemos, é claro, pensar em habilidades cognitivas mais geralmente do que em termos de processos formadores-de-crenças, já que se pode pensar que elas tenham um *output* que não seja doxástico, mas, digamos, emocional. Entretanto, dado que nossa preocupação primária é com a teoria do conhecimento, faz sentido para nós nos focarmos especificamente nas habilidades cognitivas que têm um *output* doxástico. Uma mudança que devemos fazer em nossas caracterizações simples anteriores é que é melhor pensar nas habilidades em termos de disposições do que de processos. Afinal, o sujeito mantém suas habilidades cognitivas mesmo quando elas não são exercitadas, mas é apenas quando elas são exercitadas que um processo formador-de-crenças é exibido.

Dado que estamos envolvidos com o projeto analítico, claramente não nos ajuda, em última instância, caracterizar as habilidades cognitivas nos termos de suas condutibilidades ao conhecimento. Assim, precisamos perguntar o que nas disposições formadoras-de-crenças particulares que se qualificam como habilidades cognitivas as torna condutoras ao conhecimento. Aceito que como requisito mínimo essas disposições formadoras-de-crenças devem ser ambas seguras e adequadamente integradas às outras disposições formadoras-de-crenças do agente. O primeiro requisito é necessário se vamos pensar que essas disposições são genuinamente como aptidões ou habilidades de modo geral, enquanto o segundo requisito

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.9 – Nº.1	Julho 2016	p.148-181
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	-----------

é necessário se vamos pensar nessas disposições como se genuinamente refletissem a agência cognitiva do agente.

Note que, do modo que está, qualquer teoria do conhecimento que defina o conhecimento em termos de crença verdadeira que satisfaça essa concepção de habilidade cognitiva será uma forma de externismo epistêmico, exatamente como a epistemologia anti-sorte. Isso porque se pode manifestar claramente uma habilidade cognitiva nesse sentido enquanto não se tem quaisquer bases reflexivamente acessíveis boas a favor da crença na proposição alvo. De fato, o exemplo frequentemente citado da *chicken sexer* que descrevemos acima se ajusta nessa rubrica, dado que é um agente empregando uma disposição formadora-de-crenças confiável que está apropriadamente integrada com suas outras disposições formadoras-de-crenças. Pois, enquanto é parte do exemplo que o agente não tem qualquer base reflexivamente acessível boa a favor das crenças assim formadas, nós claramente devemos supor que sua habilidade de *chicken-sexing* funciona em consonância, em vez de tensão, com suas outras disposições formadoras-de-crenças relevantes. Na verdade é essa característica do exemplo que o torna convincente, pois se houvesse conflito entre as várias disposições formadoras-de-crenças em jogo — se, por exemplo, sua habilidade de *chicken sexing* gerasse uma crença de que dois pintos diante dela tivessem sexos diferentes, e ainda assim ela percebesse de outro modo que não há diferença discernível entre os pintos — então não consideraríamos o exemplo nem remotamente plausível como um caso de conhecimento.

Assim concebidas, habilidades cognitivas são essencialmente o mesmo que virtudes epistêmicas, ao menos em uma construção externista fraca dessa noção.²² No que segue falaremos de modo intercambiável de habilidades cognitivas e de virtudes epistêmicas, apesar de que também consideraremos abaixo como uma concepção internista mais restritiva se relacionaria com nossa discussão. Em conformidade com isso, podemos chamar qualquer posição que defina o conhecimento em termos de crença verdadeira mais uma condição de habilidade de uma *epistemologia da virtude*, ao menos posto que mantenhamos em mente que nosso uso desse título é parcialmente estipulado. Dado como estamos caracterizando a condição da habilidade, qualquer versão da epistemologia da virtude será uma teoria do conhecimento externista.

Chame qualquer posição que simplesmente sustenta que conhecimento é crença verdadeira que é produto de habilidade cognitiva de uma *epistemologia da virtude fraca*. A epistemologia da virtude fraca pode certamente lidar com o caso de Temp, dado que como notamos acima o sucesso cognitivo exibido

²² Na posição confiabilista-de-agente de Greco, por exemplo, virtudes epistêmicas são essencialmente o mesmo que habilidades cognitivas tal como entendemos essa noção aqui. Veja, por exemplo, Greco, “Agent Reliabilism,” *Noûs*, xxxiii, Suplemento Philosophical Perspectives, 13: Epistemology (Outubro, 1999): 273–96; Greco, *Putting Skeptics in Their Place: The Nature of Skeptical Arguments and Their Role in Philosophical Inquiry* (New York: Cambridge, 2000) (de fato, a explicação das habilidades cognitivas que ofereço é amplamente inspirada pelo trabalho de Greco nesse sentido). Em contraste, alguns comentaristas distinguiram explicitamente virtudes epistêmicas de habilidades cognitivas, mais notavelmente, Zagzebski, op. cit.

pelo agente nesse exemplo não tem nada a ver com o exercício de suas habilidades cognitivas, e tudo a ver com a assistência de seu ajudante escondido. A epistemologia da virtude fraca também pode lidar com outros casos com os quais uma epistemologia anti-sorte igualmente teria dificuldade, como os casos de disfunção cognitiva confiável. Considere, por exemplo, o seguinte caso:

Alvin

Alvin tem uma lesão cerebral. Um fato peculiar sobre a lesão cerebral que Alvin tem, porém, é que ela faz com que o lesionado forme a crença (verdadeira) de que ele tem uma lesão cerebral. Sendo assim, Alvin acredita verdadeiramente que ele tem uma lesão cerebral.²³

Dado como Alvin forma suas crenças, está garantido que ele está certo e, portanto, suas crenças satisfarão assim qualquer condição anti-sorte tal como a segurança. Obviamente, entretanto, Alvin não tem conhecimento nesse caso, e a razão para isso é que suas crenças são verdadeiras *independentemente* de suas habilidades cognitivas, não por causa delas. Isto é, o que explica porque as crenças de Alvin não resultam em conhecimento é o fato de que elas falham em satisfazer a intuição da habilidade, mesmo que ainda assim elas satisfaçam a intuição anti-sorte.

A epistemologia da virtude fraca, sendo uma teoria do conhecimento externista, enfrentará as objeções usuais que são feitas contra teorias externistas por internistas, mas penso que podemos legitimamente deixar essas preocupações de lado para nossos propósitos.²⁴ Isso porque, como notamos acima, tal posição enfrenta um problema mais urgente, que não depende da disputa externismo/internismo epistêmico, que é a falha em lidar com casos estilo-Gettier. Afinal, esses são exemplos nos quais o sucesso cognitivo do agente é produto de sua habilidade cognitiva (relevante). Parece seguir-se que, como o agente em tais casos não satisfaz a intuição anti-sorte e, portanto, não tem conhecimento, então a epistemologia da virtude fraca tampouco pode satisfazer a intuição anti-sorte e, assim, não pode ser uma explicação completa do conhecimento.

Recentemente, porém, alguns comentadores têm argumentado que há um modo de repensar a epistemologia da virtude tal que ela pode ser capaz de lidar com casos estilo-Gettier, e assim com a intuição anti-sorte, apesar de tudo. O cerne da questão é a maneira pela qual pensamos que o sucesso cognitivo alvo é o “produto” das habilidades cognitivas relevantes. Na epistemologia da virtude fraca tudo que é demandado é que a crença alvo seja produto das habilidades cognitivas relevantes e seja, além disso,

²³ Esse caso se deve a Alvin Plantinga, *Warrant: The Current Debate* (New York: Oxford, 1993), p. 199.

²⁴ Mesmo se, como é discutível nesse caso, o externismo epistêmico se sair melhor a respeito disso quando formulado em linhas de teoria da virtude. Para uma defesa detalhada recente de uma construção externista da epistemologia da virtude sob a luz de objeções internistas, veja Greco, *Achieving Knowledge: A Virtue-Theoretic Account of Epistemic Normativity* (New York: Cambridge, 2009), parte um.

verdadeira, mas esse não é o único modo de pensar sobre como um sucesso cognitivo pode ser o produto de uma habilidade cognitiva.

Foi sugerido, em particular, que devemos considerar o sucesso cognitivo como sendo o produto das habilidades cognitivas relevantes no sentido em que o exercício dessas habilidades cognitivas é a *explicação* fundamental para o sucesso cognitivo do agente, de modo que o sucesso cognitivo é primariamente creditável à sua agência cognitiva.²⁵ No caso de Temp, por exemplo, enquanto há ambas a habilidade cognitiva sendo exibida e o sucesso cognitivo, não se consideraria o sucesso cognitivo como sendo em qualquer sentido explicado pela habilidade cognitiva de Temp, dado que o que explica o sucesso cognitivo é na verdade algo externo à agência cognitiva de Temp, o ajudante escondido. Podemos destacar esse ponto dizendo que o que está epistemicamente errado no sucesso cognitivo de Temp é que ele não ocorre *por causa* de sua habilidade cognitiva, mas em vez disso por causa de algo externo à sua agência cognitiva, onde o “por causa” aqui recebe uma leitura explanatória.²⁶

Chame a posição de que o conhecimento é o sucesso cognitivo que ocorre por causa do exercício das habilidades cognitivas relevantes de *epistemologia da virtude forte*.²⁷ A questão à mão é se a epistemologia da virtude forte pode lidar com casos estilo-Gettier, e com isso acomodar a intuição anti-sorte. À primeira vista parece que pode.

Considere novamente o caso de Edmund. Enquanto Edmund é cognitivamente bem-sucedido e exhibe as habilidades cognitivas relevantes, seu sucesso cognitivo não é explicado por sua habilidade cognitiva, mas sim pela sorte da outra disjunta na proposição que ele infere ser, sem que ele saiba, verdadeira. Ou considere o caso de Roddy. Enquanto Roddy é cognitivamente bem-sucedido e exhibe as

²⁵ Note que digo “creditável” em vez de “por crédito da”. Essas duas noções claramente não são a mesma — por exemplo, o sucesso cognitivo de um sujeito pode ser creditável à sua agência cognitiva sem ser em absoluto crédito para o sujeito (talvez seu sucesso cognitivo resulte de uma investigação que ele não deveria estar conduzindo porque, digamos, há investigações epistemicamente mais desejáveis em que ele deveria estar se concentrando em vez dessa). Infelizmente, frequentemente se encontra essas noções igualadas na literatura — veja, por exemplo, Greco “Knowledge as Credit for True Belief,” in Michael DePaul and Zagzebski, eds., *Intellectual Virtue: Perspectives from Ethics and Epistemology* (New York: Oxford, 2003), pp. 111-34 — e isso gerou uma boa quantidade de confusão. Para mais discussão desse ponto, veja Pritchard, Alan Millar, e Adrian Haddock, *The Nature and Value of Knowledge: Three Investigations* (New York: Oxford, 2010), seção 2.4.

²⁶ Note que há uma leitura alternativa do “por causa” em jogo na versão da epistemologia da virtude que tem sido avançada por Sosa. Veja seu *Virtue Epistemology: Apt Belief and Reflective Knowledge*, Volume I (New York: Oxford, 2007), e *Reflective Knowledge: Apt Belief and Reflective Knowledge*, Volume II (New York: Oxford, 2007). Comentarei sobre essa leitura alternativa abaixo.

²⁷ O defensor mais proeminente de uma epistemologia da virtude forte na literatura recente tem sido Greco. Veja, especialmente, seu *Achieving Knowledge*, mas também “Knowledge as Credit for True Belief” e “The Nature of Ability and the Purpose of Knowledge”, *Philosophical Issues*, xvii, 1 (Setembro 2007): 57–69. Não é claro se Greco pretende oferecer uma análise do conhecimento nesses termos, contudo. Na introdução de *Achieving Knowledge*, por exemplo, ele alega estar meramente oferecendo condições necessárias para o conhecimento, ainda que em outros lugares — no capítulo cinco do mesmo livro, por exemplo — ele expresse sua posição como oferecendo condições necessárias e suficientes para o conhecimento. Em qualquer caso, muitos têm lido ele como um defensor da epistemologia da virtude forte, mesmo que em última análise essa não seja sua posição definitiva.

habilidades cognitivas relevantes, seu sucesso cognitivo não é explicado por sua habilidade cognitiva, mas sim pela sorte de acontecer de haver uma ovelha no campo escondida da visão dele.

Além disso, a epistemologia da virtude forte também prediz o resultado correto em um número de outros casos. Por exemplo, o sucesso cognitivo de Mathema não ocorre por causa de sua habilidade cognitiva, mas sim por causa da sorte de a calculadora estragada usada entregar o resultado correto, e com isso a epistemologia da virtude forte trata-a corretamente como não tendo conhecimento. A epistemologia da virtude forte também gera o resultado correto no caso de Ernie, dado que seu sucesso cognitivo é melhor explicado pela sua habilidade cognitiva, ao menos enquanto entendemos os detalhes do tal caso de um modo que assegure a intuição de que Ernie tem conhecimento. Assim, parece que a epistemologia da virtude forte pode ser capaz de ter sucesso onde a epistemologia anti-sorte falhou, e pode oferecer uma teoria do conhecimento totalmente adequada, que possa acomodar ambas a intuição anti-sorte e a da habilidade.²⁸

Infelizmente, a questão não é tão simples, pois há um grupo de casos com o qual a posição tem dificuldades para lidar. Pior, esses casos problemáticos parecem criar demandas conflitantes para a posição, de modo que não parece haver uma maneira criteriosa pela qual se possa adaptar a posição para evitar que ela seja vítima desses casos.

Como na epistemologia anti-sorte, uma classe de problemas encarando a posição envolverão seu compromisso com o externismo epistêmico. Não penso que devemos nos preocupar muito com tais casos, em parte porque eles são inevitavelmente polêmicos em função da natureza controversa da distinção externismo/internismo epistêmico, e em parte porque, como veremos em seguida, há preocupações mais urgentes que não dependem dessa distinção. Vale notar, no entanto, que ainda que tenhamos optado por uma construção externista inclusiva de habilidade cognitiva/virtude epistêmica, e assim formulado uma epistemologia da virtude externista baseada em torno dessa noção, está aberto para aqueles persuadidos pelo internismo epistêmico que tomem rotas diferentes para definir habilidades cognitivas/virtudes epistêmicas ao longo de linhas internistas mais restritivas, e então formulem uma epistemologia da virtude internista sobre essa base. Eles podem demandar, por exemplo, que apenas aquelas disposições formadoras-de-crenças confiáveis que geram o apoio epistêmico reflexivamente acessível exigido é que

²⁸ A epistemologia da virtude forte também parece ter outra atração chave, que é sua capacidade de dar conta do valor distinto do conhecimento. Veja, por exemplo, Sosa, *A Virtue Epistemology*, capítulo 4; e Greco, “The Value Problem,” in Haddock, Millar e Pritchard, eds., *Epistemic Value* (New York: Oxford, 2009), pp. 313–21. Para uma discussão crítica dessa alegação, veja Pritchard, “Knowledge, Understanding and Epistemic Value,” in Anthony O’Hear, ed., *Epistemology* (Royal Institute of Philosophy Lectures) (New York: Cambridge, 2009), pp. 19–43; Pritchard, “The Value of Knowledge,” *Harvard Review of Philosophy*, xvi, 1 (2009): 2–19; e Pritchard, Millar e Haddock, *The Nature and Value of Knowledge*, capítulo 2. Para uma visão panorâmica das questões em jogo aqui, veja Pritchard, “Recent Work on Epistemic Value,” *American Philosophical Quarterly*, xlv, 2 (April 2007): 85–110; and Pritchard and Turri, “The Value of Knowledge,” in Zalta, ed., *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2012), online em <http://plato.stanford.edu/entries/knowledge-value/>.

devem ser contadas como habilidades cognitivas/virtudes epistêmicas.²⁹ Consequentemente, ao avançar aqui uma versão externista da epistemologia da virtude não estamos assumindo lados na disputa externismo/internismo epistêmico e, portanto, podemos seguramente separar as reservas que internistas epistêmicos terão com a epistemologia da virtude forte do modo que está.

Com esse ponto em mente, nos voltemos aos problemas que afligem a epistemologia da virtude forte tanto sob o entendimento externista quanto sob o internista. Primeiramente, perceba o quão intensamente a epistemologia da virtude forte luta com o caso da loteria. Afinal, o sucesso cognitivo de Lottie parece ser explicado pelo exercício de suas habilidades cognitivas relevantes, não? Colocando de outro modo, se não é a habilidade cognitiva de Lottie que explica seu sucesso cognitivo, então o que explica? Pois note que o único candidato plausível aqui é a sorte (epistêmica) de que seu tíquete seja de fato um tíquete perdedor. Contudo, dadas as probabilidades envolvidas é difícil ver como essa eventualidade poderia ser considerada questão de sorte em absoluto.

Mesmo se a epistemologia da virtude forte for capaz de afastar esse problema, uma dificuldade mais séria espreita sob suas asas. Notamos pouco atrás que a epistemologia da virtude forte parece ser capaz de lidar com casos estilo-Gettier e demonstramos esse ponto ao considerar os exemplos de Edmund e Roddy. Considere, porém, como a epistemologia da virtude forte se sai quando se trata do caso de Barney. Diferentemente dos casos de Edmund e Roddy, a sorte anuladora-de-conhecimento nesse exemplo é inteiramente ambiental. Barney está, afinal, realmente vendo um celeiro genuíno, diferentemente, digamos, de Roddy, que meramente pensa que está vendo uma ovelha genuína. Em um sentido muito real, então, as habilidades cognitivas de Barney estão colocando ele em contato com o fato relevante, diferentemente dos casos estilo-Gettier típicos, nos quais há um tipo de fissura entre a habilidade e o fato, ainda que seja uma fissura que não impeça o agente de ter independentemente disso uma crença verdadeira. No entanto, o ambiente de Barney é tão epistemicamente inóspito que ele não conta como se tivesse conhecimento, apesar de sua habilidade cognitiva e de sua percepção genuína de um celeiro, porque sua crença é manifestamente não-segura e, portanto, ofende a intuição anti-sorte. O problema, contudo, é que dado que Barney incorre, usando suas habilidades cognitivas, na percepção genuína do celeiro, parece que seu sucesso cognitivo é explicado por suas habilidades cognitivas, diferentemente dos casos estilo-Gettier típicos. Mais especificamente, parece que a epistemologia da

²⁹ Por exemplo, a versão neo-aristotélica da epistemologia da virtude de Zagzebski (em *Virtues of the Mind*) incorpora uma concepção internista da virtude epistêmica amplamente nessas linhas. Veja também Sosa, que argumenta a favor de uma versão da epistemologia da virtude que mantém que todo conhecimento humano requer uma perspectiva reflexiva. Veja Sosa, *Knowledge in Perspective: Selected Essays in Epistemology* (New York: Cambridge, 1991); Sosa, *A Virtue Epistemology*; and Sosa, *Reflective Knowledge*.

virtude forte não pode explicar porque os agentes nos casos estilo-Gettier que envolvem sorte epistêmica ambiental não têm conhecimento.³⁰

Há várias linhas de resposta que o defensor da epistemologia da virtude forte pode elaborar para esse problema. Uma opção, é claro, é apenas tratar Barney como tendo conhecimento, e ao menos um comentador seguiu essa rota, ainda que obviamente isso não esteja livre de custos.³¹ Uma opção superficialmente mais atraente para evitar o problema é tentar explorar o fato de que habilidades são relativas à ambientes. Desse modo, se pode ser capaz de argumentar que Barney não exhibe as habilidades cognitivas relevantes em absoluto, dado que as habilidades relevantes seriam aquelas habilidades altamente especializadas de observação-de-celeiros que são aplicáveis nesse ambiente tão incomum que contém fachadas de celeiros, e é claro que, por hipótese, Barney não tem *essas* habilidades em absoluto. Infelizmente, ainda que essa linha de resposta possa inicialmente parecer promissora, ela não resiste ao escrutínio cuidadoso.

Em primeiro lugar, perceba que enquanto normalmente relativizamos as habilidades aos ambientes, não tendemos a fazer isso de modo muito finamente-individuado exceto se houver uma razão específica para fazê-lo. Por exemplo, a habilidade de tocar piano é relativizada à uma larga classe de ambientes normais, de modo que não contaria como um teste justo da sua habilidade para tocar o instrumento se lhe fosse dada a tarefa de tocá-lo enquanto, digamos, submerso em água. No entanto, por exemplo, ao tocar piano ao ar livre em um dia ensolarado, o sujeito certamente exhibe a exata mesma habilidade que exhibe enquanto toca dentro de casa, ainda que existam alguns fatores adicionais a serem levados em conta (mais barulho ambiental, digamos). O tipo de relativização grossamente-individuada de habilidades a ambientes encontrada na linguagem comum é inútil para os defensores da epistemologia da virtude forte, entretanto, pois é vital para suas soluções propostas para o problema de Barney que uma relativização adequadamente nuançada seja apropriada. Enquanto isso obviamente não elimina uma resposta dada nessas linhas, significa que a epistemologia da virtude forte seria forçada a se contentar com uma posição revisionista sobre a natureza das habilidades, e isso dificilmente é desejável.³²

Se poderia talvez estar disposto a viver com esse tipo de custo teórico, se fosse o único custo em que se incorresse. Mas, há um problema mais profundo aguardando aqui. Pois não apenas a linguagem comum não tende a relativizar habilidades à ambientes de modo finamente-individuado, tampouco ela

³⁰ Para mais sobre esse ponto, e sobre a sorte ambiental de modo mais geral, veja Pritchard, Millar e Haddock, *The Nature and Value of Knowledge*, capítulo 2.

³¹ Essa linha foi tomada por Sosa. Veja, por exemplo, seu *Virtue Epistemology*, capítulo 5. Veja também as notas de rodapé 34 e 38.

³² Para mais discussão desse ponto, veja Pritchard, “Greco on Knowledge: Virtues, Contexts, Achievements,” *Philosophical Quarterly*, lviii, 232 (julho 2008): 437–47; e Jonathan Kvanvig, “Responses to Critics,” in Haddock, Millar, and Pritchard, *Epistemic Value*, pp. 339–51. Veja também Pritchard, “Virtue Epistemology and Epistemic Luck, Revisited,” *Metaphilosophy*, xxxix, 1 (janeiro 2008): 66–88.

relativiza habilidades à ambientes de um modo que seria relevante para o caso de Barney. Suponha, por exemplo, que nossa heroína está tocando piano em uma situação em que, sem que ela saiba, ela poderia facilmente estar submersa em água naquele exato momento (mas não esteja). Talvez, por exemplo, ela esteja em uma sala que está cercada por água em que as paredes podem ceder completamente e deixar a água entrar a qualquer momento. Intuitivamente, a habilidade que nossa heroína está exibindo nesse caso é exatamente a mesma habilidade que ela exibe quando toca o piano em ambientes normais. Mas, aqui está o problema: o caso de Barney é inteiramente análogo a esse exemplo. Afinal, ainda que Barney pudesse muito facilmente estar diante de uma fachada de celeiro em nosso exemplo, o importante da questão é que ele não está. Similarmente, tal como nossa pianista poderia muito facilmente estar submersa em água, o importante da questão é que ela não está. Consequentemente, assim como devemos tratar nossa pianista como exibindo sua habilidade comum de tocar piano nesse caso, devemos tratar Barney como exibindo sua habilidade cognitiva comum de ver celeiros.³³ Logo, a menos que se vá oferecer uma explicação radicalmente revisionista das habilidades, esse modo de defender a epistemologia da virtude forte é uma causa perdida.

Se esse problema não fosse ruim o bastante, ainda há outra dificuldade sendo encarada pela epistemologia da virtude forte, que envolve sua capacidade de dar conta da epistemologia da crença testemunhal. A maioria das teorizações da epistemologia da crença testemunhal permite que um agente possa, em circunstâncias adequadas, chegar a ganhar conhecimento por, na maior parte do tempo, confiar na palavra de um informante bem informado. Negar isso, a maioria alega, é sucumbir a um tipo de ceticismo sobre o conhecimento testemunhal dado o quanto do nosso conhecimento testemunhal é adquirido desse modo. O problema, porém, é que a epistemologia da virtude forte parece incapaz de dar conta do conhecimento testemunhal desse tipo. Considere o seguinte caso:

Jenny

Jenny desce do trem em uma cidade que não conhece e pergunta por direções à primeira pessoa que encontra. A pessoa a quem ela pergunta é de fato bem informada sobre a área, e solicitamente lhe indica as direções. Jenny acredita no que lhe é dito e segue seu caminho para o destino pretendido.³⁴

³³ Para mais discussão desse ponto, veja Pritchard, Millar, and Haddock, *The Nature and Value of Knowledge*, seção 2.5. Um defensor de uma epistemologia da virtude forte que reconhece essa dificuldade é Sosa, e isso é parte da razão pela qual ele permite que haja conhecimento no caso de Barney. Veja, por exemplo, seu *A Virtue Epistemology*, capítulo 5. Veja também as notas de rodapé 32 e 38.

³⁴ Esse caso é adaptado de um que foi oferecido por Jennifer Lackey, embora para demonstrar um ponto levemente diferente. Veja, Lackey, “Why We Don’t Deserve Credit for Everything We Know,” *Synthese*, clviii, 3 (Outubro, 2007): 345–61.

Na maioria das posições em epistemologia do testemunho, Jenny adquiriu conhecimento nesse caso. Além disso, perceba que na medida em que estamos dispostos a atribuir conhecimento nesse caso, estaremos entendendo os detalhes do caso de modo que a crença verdadeira assim formada satisfaz a condição anti-sorte. Por exemplo, ao creditar Jenny com conhecimento nesse caso nós estamos tomando como dado que não há uma conspiração em andamento, entre os membros do público, para enganá-la nesse sentido, embora uma que seria malsucedida nesse caso. O problema, contudo, é que é difícil ver como creditar conhecimento a Jenny pode ser encaixado com a epistemologia da virtude forte. Afinal, dado que ela forma sua crença por, em grande medida, confiar na palavra de outro, o sucesso cognitivo de Jenny não parece ser explicado por sua habilidade cognitiva especificamente em absoluto, mas pela de seu informante. Se isso está correto, então parece que a epistemologia da virtude forte tem que negar que há conhecimento nesses casos, apesar desse ser um resultado contraintuitivo, e conseqüentemente se alinhar com a posição “cética” impopular acerca da epistemologia do testemunho.³⁵

Se defensores da epistemologia da virtude forte não optarem por tomar essa linha, então uma estratégia que podem tentar explorar é alegar que Jenny está exibindo um grau muito maior de habilidade cognitiva do que parece à primeira vista. Agora, é certamente inegável que Jenny está exibindo alguma habilidade cognitiva relevante nesse caso. Ainda que ela de fato pergunte por direções à primeira pessoa que encontra, nós claramente devemos entender o exemplo de modo que ela exercite algum discernimento nesse sentido. Se a primeira pessoa que ela tivesse encontrado fosse obviamente louca, ou um turista estereotípico, por exemplo, então poderíamos esperar que ela passasse adiante para o próximo informante potencial rua abaixo. Além disso, esperamos que Jenny exercite um discernimento similar quando se trata do que lhe é dito, e como lhe é dito. Se o informante fosse lhe indicar direções manifestamente falsas, por exemplo, então não esperaríamos que ela as seguisse mesmo assim. Mais, se a maneira pela qual o informante passou as informações fosse claramente questionável — se o informante fosse vago, matreiro, hostil ou evasivo, digamos — então nós esperaríamos que nossa heroína exercitasse a devida cautela. É inegável, portanto, que Jenny exhibe um grau razoável de habilidade cognitiva relevante e, logo, se pode argumentar com base nisso que, apesar das primeiras aparências, o sucesso cognitivo dela ocorreu por causa das habilidades cognitivas *dela* afinal.

O problema diante dessa linha de contra-argumento é que ela não chega realmente ao carço do problema. Afinal, ninguém está negando que o sucesso cognitivo de Jenny dependa em parte de suas habilidades cognitivas: esse caso não pretende ser um contraexemplo para a intuição da habilidade. O ponto, entretanto, é que o grau de confiança envolvido nesse caso significa que o sucesso cognitivo não ocorre *por causa das* habilidades cognitivas de Jenny — *a saber*, não é primariamente creditável às

³⁵ Apesar de ser contraintuitiva, essa posição sobre a epistemologia do testemunho — conhecida como *reducionismo* — não se encontra sem defensores. Veja, por exemplo, Elizabeth Fricker, “Critical Notice: Telling and Trusting: Reductionism and Anti-Reductionism in the Epistemology of Testimony,” *Mind*, civ, 414 (Abril 1995): 393–411.

habilidades cognitivas de Jenny que ela seja cognitivamente bem-sucedida. Para assegurar que o sucesso cognitivo de Jenny ocorresse por causa de suas habilidades cognitivas seria necessário reduzir substancialmente o grau de confiança, mas então se estaria na resposta contra intuitiva original de argumentar que Jenny não tem conhecimento nesse caso, no fim das contas.³⁶

Ainda que o caso de Jenny cause um problema por si só, os casos de Jenny e Barney coletivamente colocam uma dificuldade um tanto formidável. Pois, percebe-se que enquanto o caso de Barney pressiona o defensor da epistemologia da virtude forte para que ele *fortaleça* sua explicação do conhecimento para que ela exclua conhecimento nesse caso, o caso de Jenny pressiona o defensor da epistemologia da virtude forte para que ele *enfraqueça* sua explicação. Assim, os dois tipos puxam essa explicação do conhecimento em duas direções opostas, com o potencial de partir a posição ao meio. Pois se você fortalecer a posição para lidar com o caso de Barney, então você enfrenta um problema ainda mais difícil quando chega ao caso de Jenny, e se você enfraquece a posição para lidar com o caso de Jenny, então você enfrenta um problema ainda mais difícil quando chega ao caso de Barney.^{37, 38}

³⁶ Em “The Nature of Ability and the Purpose of Knowledge”, Greco oferece uma defesa dessa linha de argumentação, ainda que ele não crie um caso muito forte para ela. Por analogia, ele argumenta que se pode marcar um gol muito fácil como resultado de um gol arranjado através de uma demonstração de tremenda habilidade. Ele mantém que a habilidade envolvida em arranjar esse gol fácil não anula o mérito do agente que marca o gol. O problema, porém, é que esse caso não é relevantemente análogo ao caso de Jenny. Afinal, o que é crucial para o exemplo não é que alguém apropriadamente habilidoso ajude Jenny, mas mais especificamente que Jenny adquira sua crença verdadeira por (em grande medida ao menos) *confiar* nessa outra pessoa. É por isso que, por exemplo, outros casos em que dependemos das habilidades de outros — como quando se assume à primeira vista certa interpretação de um sinal de trânsito dentro de uma cidade, por exemplo — não geram a mesma moral epistemológica. Em tais casos meu conhecimento depende das — isto é, é facilitado pelas — habilidades de outros, mas não é que eu esteja meramente confiando no que o sinal me diz: tenho todos os tipos de razões independentes para crer no que os sinais de trânsito dentro da cidade me dizem. Discuto mais esse ponto em Pritchard, Millar, and Haddock, *The Nature and Value of Knowledge*, na seção 2.6.

³⁷ Note também que optar por uma construção diferente da relação “por causa” é de pouca ajuda aqui. Sosa opta por uma leitura dessa relação que a entende com base no modelo da manifestação de um poder em vez de termos explanatórios. Veja seu *A Virtue Epistemology e Reflective Knowledge*. Assim, por exemplo, enquanto pode ser correto no sentido explanatório dizer que o copo quebrou porque eu atirei ele no chão, também é correto dizer que o quebrei porque ele era frágil, onde isso envolve a leitura alternativa da “manifestação de poder”. Como notado acima (veja notas 32 e 34), Sosa está comprometido em atribuir conhecimento no caso de Barney, contrariamente à intuição, e isso é um resultado direto do tipo de epistemologia da virtude forte que ele avança (é, afinal, indubitavelmente o caso que Barney manifesta os poderes cognitivos relevantes ao adquirir sua crença verdadeira). Sosa também luta com o caso de Jenny, dado que está longe de ser claro porque seu sucesso cognitivo deveria ser creditado aos seus poderes cognitivos, especificamente. Como resultado, ele argumenta que tais casos exibem um tipo de conhecimento “distribuído”, em que o sucesso cognitivo é creditável a mais de um agente (nesse caso, Jenny e seu informante). Discuto a proposta de Sosa em detalhe em Pritchard, “Apt Performance and Epistemic Value,” *Philosophical Studies*, cxliii, 3 (Abril 2009): 407–16.

³⁸ Um problema potencial para a epistemologia da virtude forte que não abordei aqui é o modo como a leitura explanatória causal da relação “por causa” pode exigir que a posição endosse uma forma bastante radical de contextualismo sobre atribuições de conhecimento. Para mais discussão desse ponto, veja Greco, “What’s Wrong with Contextualism?” *Philosophical Quarterly*, lviii, 232 (julho 2008): 416–36, e Pritchard, “Greco On Knowledge.”

III. EPISTEMOLOGIA DA VIRTUDE ANTI-SORTE

Em vez de considerar todos os diferentes modos pelos quais se pode proceder para defender uma epistemologia da virtude ou uma epistemologia anti-sorte, quero sugerir que as dificuldades enfrentadas por essas duas posições de fato demonstram que precisamos de uma explicação do conhecimento que sintetize as melhores características de ambas. Como veremos, tal posição não será apenas capaz de evitar as dificuldades enfrentadas por essas posições alternativas, mas também pode ser motivada por razões independentes. Em resumo, não é preciso revisar a epistemologia da virtude ou anti-sorte para lidar com os problemas à mão, com isso incorrendo nos vários problemas teóricos que tais revisões trarão, pois há uma proposta alternativa disponível que faz o serviço sem precisar recorrer à tais manobras.

Para ver a que leva essa proposta, retornemos às duas intuições com que começamos. Onde a epistemologia anti-sorte toma a intuição anti-sorte como primária e tenta dar conta da intuição da habilidade apelando para uma condição anti-sorte, a epistemologia da virtude trata a intuição da habilidade como primária e tenta dar conta da intuição anti-sorte apelando para uma condição de habilidade. Assim, ambas as propostas efetivamente tratam essas intuições como essencialmente entrelaçadas, de modo que responder apropriadamente uma delas ao mesmo tempo acomodaria a outra. Esse é o erro fundamental, pois o modo adequado de pensar sobre a relação entre essas duas intuições as trata como colocando duas demandas *distintas* para o conhecimento.

Sob reflexão, isso não é tão surpreendente quanto pode parecer inicialmente. Por um lado, vimos que lidar com a intuição anti-sorte nos leva a adotar uma condição anti-sorte que envolve um princípio modal. Mas, se isso está correto, então é de se esperar que o sujeito poderia satisfazer tal condição enquanto não exhibe qualquer habilidade cognitiva, pois qualquer que seja a exigência modal imposta, com imaginação se poderá pensar em um jeito pelo qual ela pode ser satisfeita de uma maneira que não tenha relação com as habilidades cognitivas do agente. O princípio modal relevante simplesmente demandará uma correspondência entre crenças e fatos nos casos contrafatuais apropriados, mas uma habilidade cognitiva exige bem mais que isso — a saber, exige uma direção de ajuste apropriada entre crenças e fatos. Por outro lado, sob reflexão não há razão pela qual formar uma crença verdadeira através de habilidade cognitiva deveria bastar para atender à condição anti-sorte relevante — essa é, afinal, a moral dos casos estilo-Gettier. O sujeito pode exibir suas habilidades cognitivas confiáveis e ainda assim formar uma crença verdadeira que poderia muito facilmente ter sido falsa.

Além disso, note que tentar “reforçar” sua condição anti-sorte/de habilidade para resolver tais dificuldades só vai exacerbar o problema. Como vimos na última seção, a epistemologia da virtude forte é um bom exemplo disso. A mudança para a versão mais austera da posição não apenas deixa de dar conta

da intuição anti-sorte, mas também perde a capacidade de acomodar uma forma comum de conhecimento testemunhal.

Reconhecer que as intuições anti-sorte e da habilidade são epistemicamente distintas e que, portanto, exigem condições epistêmicas independentes, nos afasta da epistemologia anti-sorte e da virtude em direção à uma posição híbrida, que chamo de *epistemologia da virtude anti-sorte*:

Epistemologia da virtude anti-sorte

S sabe que p se e somente se a crença segura de S de que p é produto de suas habilidades cognitivas relevantes (tal que seu sucesso cognitivo seguro é em um grau significativo creditável à sua agência cognitiva).

Essa proposta incorpora ambas a condição anti-sorte (a demanda de que a crença verdadeira seja segura) e a condição de habilidade. Note que a condição de habilidade em jogo aqui é aquela proposta por uma epistemologia da virtude fraca em vez de uma epistemologia da virtude forte exceto que, em concordância com a natureza híbrida da explicação, estamos interpretando essa condição como demandando que o sucesso cognitivo *seguro* do agente deva em um grau significativo ser creditável à sua agência cognitiva. Como veremos, enquanto essa condição de habilidade é acompanhada por uma condição anti-sorte, não há necessidade de se optar por uma formulação mais forte da condição da habilidade como meio de lidar com casos que dependem da intuição anti-sorte. A concepção de segurança em jogo na condição anti-sorte deve ser entendida nas linhas apresentadas acima na seção I.

A epistemologia da virtude anti-sorte pode acomodar todos os casos problemáticos típicos. Os casos estilo-Gettier, incluindo casos estilo-Gettier não-padrão que envolvem sorte epistêmica ambiental, como o caso de Barney, são tratados pela condição anti-sorte dado que em todos esses exemplos nós temos uma crença verdadeira que não é segura. O mesmo vale para todos os outros casos que notamos acima que podem ser acomodados pelo princípio da segurança, como os casos de Lottie, Ernie e Mathema. Em resumo, a epistemologia da virtude anti-sorte tem todas as vantagens de uma epistemologia anti-sorte.

Além disso, o tipo de casos com os quais a epistemologia anti-sorte não consegue lidar, como os casos de Temp e Alvin, são tratados pela condição da habilidade, pois exemplos como esses são precisamente casos em que o agente tem uma crença segura que não é formada via características cognitivas confiáveis que compõem seu caráter cognitivo. Em resumo, a epistemologia da virtude anti-sorte tem todas as vantagens de uma epistemologia da virtude. Crucialmente, porém, como não “reforçamos” a condição de habilidade em termos de adicionar uma cláusula “por causa de” no estilo da epistemologia da virtude forte, não precisamos nos preocupar com casos como o de Jenny. Pois enquanto o sucesso cognitivo de Jenny não é primariamente creditável à sua agência cognitiva, sua crença

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.9 – N°.1	Julho 2016	p.148-181
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	-----------

verdadeira segura é em grau significativo creditável à sua agência cognitiva, e isso é tudo que é exigido para o conhecimento nessa posição. Além disso, o caso de Barney é tratado com a condição anti-sorte separada. A epistemologia da virtude anti-sorte não herda os problemas da epistemologia da virtude forte.

Finalmente, como com a epistemologia da virtude, não precisamos nos preocupar aqui com como essa posição se situa acerca da disputa externismo/internismo epistêmico. Enquanto a posição tal como presentemente definida — com uma concepção externista inclusiva da habilidade cognitiva em jogo — será controversa de uma perspectiva internista, não há nada impedindo o defensor da epistemologia da virtude anti-sorte de “internalizar” a condição da habilidade para satisfazer suas simpatias pelo internismo.

Assim, parece que temos uma teoria do conhecimento inteiramente adequada, no sentido em que pode dar conta da maior parte das nossas intuições fundamentais sobre o que é ter conhecimento. Estamos, *qua* epistemólogos, sãos e salvos?³⁹

IV. DIAGNÓSTICO

Uma pergunta que podemos fazer para a epistemologia da virtude anti-sorte é por que o conhecimento teria essa estrutura de duas partes em primeiro lugar. Colocando de outro modo, por que temos essas duas intuições principais sobre o conhecimento, e as temos de um modo tal que elas fazem demandas distintas para nossa teoria do conhecimento? Pode ser útil nesse sentido realizar um experimento mental que tem sido sugerido por Edward Craig como um modo de iluminar a natureza do conhecimento.⁴⁰ Imagine uma sociedade imaginária que não tivesse o conceito de conhecimento. Por que eles poderiam sentir a necessidade de introduzi-lo? Bem, perceba primeiro que seria bastante útil na prática ter algum jeito de selecionar os informantes bons — isto é, informantes que podem nos ajudar a encontrar a verdade nas questões que nos interessam. Poderíamos, assim, imaginar um conceito muito

³⁹ Uma questão epistemológica perene que não explorei aqui é como a epistemologia da virtude anti-sorte — ou, nesse caso, a epistemologia anti-sorte ou a epistemologia da virtude — se sai quando se trata do problema do ceticismo radical. Dado que esse é um problema para todas as teorias do conhecimento, não deve ser contencioso deixar tal questão de lado para nossos propósitos. Dito isso, penso que a epistemologia da virtude anti-sorte é potencialmente melhor posicionada para lidar com esse problema do que as concepções rivais. Por um lado, a epistemologia anti-sorte parece conseguir uma vitória sobre o cético que é muito fácil, dado que nossas crenças de que não somos, digamos, cérebros em cubas, facilmente satisfarão a condição modal relevante se a possibilidade cética em questão for de fato remota. Por outro lado, epistemologias da virtude fortes parecem intensificar o problema cético, dado que é difícil ver como nosso crer verdadeiramente que não somos vítimas da hipótese cética (assumindo que essas crenças sejam verdadeiras) poderia se dar por causa de nossas habilidades cognitivas (para mais discussão desse ponto, veja Pritchard, “Radical Scepticism, Epistemic Luck, and Epistemic Value,” *Aristotelian Society Supplementary Volume*, lxxxii, 1 (Junho 2008): 19–41). Ao trilhar um caminho intermediário entre essas duas posições, a epistemologia da virtude anti-sorte pode assim ser capaz de evitar as armadilhas que cada uma delas encara individualmente. O desenvolvimento dessa abordagem anti-cética precisará, porém, ser deixado para outra ocasião.

⁴⁰ Veja Edward Craig, *Knowledge and the State of Nature: An Essay in Conceptual Synthesis* (New York: Oxford, 1990).

parecido com o de conhecimento — um tipo de conceito de proto-conhecimento — sendo aplicado exatamente para esse propósito. Chame esse proto-conhecimento de “conhecimento*”, e chame qualquer um que possui conhecimento* de “conhecedor*”. A ideia então é que seria útil classificar os bons informantes como conhecedores*, e consequentemente classificar a informação acurada que eles oferecem em assuntos sobre os quais são bons informantes como conhecimento*.

Então, por exemplo, imagine que John vive em um morro e, portanto, tem uma visão particularmente boa do que está acontecendo no vale abaixo (e que ele geralmente é honesto e solícito, e por aí vai). Ele seria, assim, um bom informante quando se tratasse de um número de proposições envolvendo o que está acontecendo no vale. Claramente na prática seria útil para nós assinalar o fato de que John é um bom informante nesse sentido, e podemos fazer isso chamando-o de conhecedor* a respeito dessas proposições, dado que suas crenças verdadeiras em tais proposições resultariam em conhecimento*.

Note que o conhecimento* ainda não é parecido com nosso conceito de conhecimento. Pois, vale dizer, o conceito se aplica somente para as crenças verdadeiras de outras pessoas, enquanto nós também usamos o conceito de conhecimento para classificar nossas próprias crenças. Ademais, ao decidir se um agente é um conhecedor* estamos apenas avaliando o quão bom informante ele é relativamente à circunstância atual em que se encontra — isto é, as possibilidades “efetivas” de erro que estão em jogo em seu ambiente. No caso de John recém descrito, por exemplo, tudo que está em questão é se ele tem uma vista boa do vale e a habilidade (e inclinação) para fazer uso dessa vantagem. As possibilidades salientes de erro quando se trata da questão dele ter conhecimento* são, assim, coisas como haver algo em seu ambiente que esteja obscurecendo sua vista (uma névoa pesada, digamos). Note, contudo, que nosso conceito de conhecimento trata um número muito maior de possibilidades de erro como salientes. Em particular, ele também é responsivo às possibilidades potenciais de erro, mesmo que não sejam atuais (lembre-se da intuição anti-sorte, uma consequência da qual é que o fato de que você poderia muito facilmente ter sido enganado é uma razão para negar que você tenha conhecimento, mesmo se de fato você não fosse enganado).

É interessante, no entanto, que nós esperaríamos que o proto-conceito que projetamos para selecionar os bons informantes evoluísse ao longo do tempo de modo que começasse a se parecer com nosso conceito de conhecimento. Por exemplo, poderíamos imaginar o conhecimento* no fim sendo usado para classificar a si mesmo e não apenas os outros, e a aplicação do conceito sendo “esticada” de modo que ele se tornasse responsivo para possibilidades de erro não-atuais mas potenciais, e não apenas as atuais (um processo que Craig chama de “objetificação”). Com tempo, então, o conhecimento* evoluiria para o conhecimento.

Muitos filósofos pensam que essa explicação genealógica da fonte do conceito de conhecimento é bastante persuasiva.⁴¹ Em particular, epistemólogos da virtude frequentemente mencionam essa história como oferecendo apoio para suas posições.⁴² Afinal, essa explicação da fonte do conceito de conhecimento coloca bons informantes no coração da história, e um modo natural de pensar sobre o que constitui um bom informante é que ele seja um informante que está exercitando uma habilidade cognitiva confiável (pense, por exemplo, no caso de John recém descrito). Isso, portanto, pareceria sugerir que o que é mais central para o conceito de conhecimento é a intuição da habilidade, que é a preocupação primária da epistemologia da virtude. O interessante, porém, é que uma vez que começamos a pensar em mais detalhe sobre essa explicação da fonte do conceito de conhecimento, fica aparente que ela na verdade fornece apoio maior para a epistemologia da virtude anti-sorte do que para a epistemologia da virtude.

Em particular, enquanto há claramente algo correto sobre a sugestão de que um bom informante é um informante confiável, isso não funciona a favor do epistemólogo da virtude da maneira que pode parecer inicialmente. A razão para isso é que há uma ambiguidade importante na própria noção de um informante confiável (e, portanto, bom). Em um sentido, ela significa um informante que possui uma habilidade cognitiva confiável acerca do assunto alvo (e que está disposto a comunicar sinceramente aquilo que crê, algo que assumiremos no que segue). Em outro sentido, significa um informante em que se possa confiar (isto é, cuja informação não fará você se perder).

Agora, se pode naturalmente pensar que essa é uma distinção que não faz diferença, no sentido de que informantes que possuem habilidades cognitivas no sentido recém especificado são, com isso, informantes em que se pode confiar, e *vice versa*. A inspeção cuidadosa, entretanto, revela que as aparências iniciais são enganosas nessa questão. Para ver isso precisamos apenas perceber que pode ser apropriado confiar em um informante que está formando sua crença verdadeira através de uma habilidade cognitiva que não é confiável, e também que pode ser inapropriado confiar em um informante que, apesar de tudo, está formando sua crença verdadeira através de uma habilidade cognitiva confiável.

Primeiro, considere um informante potencial que possui uma habilidade cognitiva confiável acerca de certo assunto, mas que está em um ambiente no qual existe um anulador enganador, que você

⁴¹ Interessante que, apesar da proposta de Craig ter sido altamente influente dentro da epistemologia contemporânea, há na verdade relativamente poucas discussões dela publicadas. Para algumas exceções notáveis, veja Melissa Lane, “States of Nature, Epistemic and Political,” *Proceedings of the Aristotelian Society*, xcix, 2 (1999): 211–24; Bernard Williams, *Truth and Truthfulness: An Essay in Genealogy* (Princeton: University Press, 2002); Neta, “Epistemology Factualized: New Contractarian Foundations for Epistemology,” *Synthese*, cl, 2 (Maio 2006): 247–80; Greco, “The Nature of Ability and the Purpose of Knowledge”; Greco, “What’s Wrong with Contextualism?”; Miranda Fricker, *Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing* (New York: Oxford, 2007); Fricker, “Scepticism and the Genealogy of Knowledge: Situating Epistemology in Time,” in Haddock, Millar, and Pritchard, eds., *Social Epistemology* (New York: Oxford, 2010), pp. 51–68; Martin Kusch, “Testimony and the Value of Knowledge,” in Haddock, Millar, and Pritchard, eds., *Epistemic Value*, pp. 60–94; and Klemens Kappel, “On Saying that Someone Knows: Themes from Craig,” in Haddock, Millar, and Pritchard, eds., *Social Epistemology*, pp. 69–88.

⁴² Veja, por exemplo, Greco, “The Nature of Ability and the Purpose of Knowledge”; Greco, “What’s Wrong with Contextualism?”

conhece, mas o informante prospectado não, e um anulador que, além disso, você não é capaz de anular. Um exemplo pode ser um informante que é um detector confiável de celeiros, mas em um caso em que foi dada a você uma razão enganadora (por exemplo, testemunho falso de uma fonte boa) para supor que o informante está no condado das fachadas de celeiros. Dado que esse é um anulador enganador, o informante é de fato um informante *confiável* sobre o assunto relevante. Mas, também dado que você sabe sobre o anulador enganador, e está ciente de que é incapaz de anular o anulador, você seria capaz de *confiar* nesse informante? Certamente não.

O ponto converso também se mantém. Em particular, podemos imaginar um caso em que há fatores compensadores em jogo, conhecidos apenas por nós, que significam que podemos confiar na informação que nos é apresentada por um informante mesmo que essa informação não seja produto das habilidades cognitivas confiáveis do informante. Imagine, por exemplo, um informante que pensa que tem poderes de clarividência, mas que de fato está enganado nesse sentido (e nós sabemos disso). Suponha, além disso, que nós também saibamos que a esposa do informante é uma pessoa muito poderosa que deseja que seu marido continue crendo que tem esse poder e, portanto, faz o que pode, sempre que possível, para assegurar que os acontecimentos transcorram da maneira que seu marido prevê. Finalmente, suponha que sabemos que a esposa do informante pode ajustar o resultado de qualquer corrida de cavalos. Com esse conhecimento à mão, o testemunho do informante sobre quem vencerá a corrida de cavalos de amanhã certamente seria informação em que se poderia confiar, ainda que a crença verdadeira do informante nesse sentido não seja de modo algum produto de uma habilidade cognitiva confiável.

Em geral, o que é importante para ambos esses tipos de casos é o papel que a sorte está desempenhando. Nos casos em que as habilidades cognitivas do informante são confiáveis, mas em que somos ainda assim incapazes de confiar na informação que ele fornece, o problema é que uma dose de azar epistêmico está cancelando a sorte epistêmica de nosso informante possuir as habilidades cognitivas confiáveis relevantes (e, portanto, nesse sentido ser um bom informante). No caso descrito acima, por exemplo, esse azar epistêmico é a presença do anulador enganador não-anulado acerca das fachadas de celeiro. Em contraste, nos casos em que o informante não tem as habilidades cognitivas confiáveis relevantes, mas ainda assim está nos fornecendo informações em que podemos confiar, uma dose de sorte epistêmica da nossa parte está cancelando o azar de nosso informante não ter as habilidades cognitivas confiáveis relevantes (e, portanto, nesse sentido ser um mau informante). No caso do “clarividente” descrito acima, por exemplo, essa sorte epistêmica é nosso conhecimento dos fatores compensadores em jogo.

Tendo esse ponto em mente, deve ficar claro porque essa ambiguidade na ideia de um informante confiável explica porque o conceito de conhecimento que evolui do proto-conceito gerará ambas a intuição anti-sorte e a intuição da habilidade. Pois, dado que se amplia o número de casos aos quais o

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.9 – Nº.1	Julho 2016	p.148-181
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	-----------

conceito de conhecimento deve se aplicar, conseqüentemente a distinção se abrirá entre bons informantes que são confiáveis e bons informantes em que podemos confiar, e nós esperaríamos que o conceito de conhecimento resultante respeitasse ambos os lados da distinção. Em particular, exemplos em que o agente possui as habilidades cognitivas confiáveis relevantes, mas em que a presença da sorte epistêmica significa que nós não seríamos capazes de confiar nesse agente *qua* informante não contariam como casos de conhecimento. Similarmente, aqueles casos em que o agente forma sua crença verdadeira em um ambiente epistemicamente amigável — de modo que qualquer crença verdadeira assim formada não seria suscetível à sorte epistêmica — não seriam contados como casos de conhecimento enquanto o agente envolvido falhasse em exibir as habilidades cognitivas confiáveis relevantes (mesmo que nós pudéssemos confiar nesse agente *qua* informante). Em resumo, o conceito de conhecimento que resulta irá tanto (i) desautorizar casos de crença verdadeira como conhecimento em que a crença não depende apropriadamente das habilidades cognitivas relevantes por parte do agente, quanto (ii) desautorizar casos de crença verdadeira como conhecimento em que a verdade da crença depende substancialmente da sorte e, com isso, não é segura.

Portanto, uma história bastante plausível e popular sobre a genealogia do conceito de conhecimento fornece apoio para a epistemologia da virtude anti-sorte no fim das contas, apesar das aparências iniciais. De fato, se estou certo sobre o objetivo de selecionar informantes ser ambíguo do modo recém descrito, então contrariamente à sabedoria dominante nessa questão, tal explicação “*just so*”^{***} do conceito de conhecimento na verdade favorece a epistemologia da virtude anti-sorte diante das propostas rivais, como as epistemologias da virtude.

V. OBSERVAÇÕES FINAIS

Vimos, portanto, que há uma explicação do conhecimento disponível — a epistemologia da virtude anti-sorte — que é capaz de lidar com um amplo número de casos problemáticos na epistemologia e, principalmente, que é capaz de lidar com esses casos de modo mais satisfatório que as propostas competidoras. Além disso, nós vimos que há uma história de diagnóstico disponível sobre porque o conhecimento deveria ter a estrutura ditada por essa proposta. Sendo assim, há boa razão para supor que a epistemologia da virtude anti-sorte é a teoria correta do conhecimento a ser escolhida. Longe de ser uma causa perdida, o projeto analítico está na verdade vivo e chutando.

^{***} N. do T.: A expressão “*just so*” é empregada por Pritchard para dizer que a explicação apresentada tem a característica de não ser factual (não ter confirmação empírica), embora seja intuitiva. É uma expressão que normalmente é usada para classificar narrativas literárias e, pejorativamente, para criticar hipóteses e explicações científicas.

Referências

- BECKER, K. *Epistemology Modalized*. New York: Routledge, 2007.
- BLACK, T. “Defending a Sensitive Neo-moorean Invariantism”, in HENDRICKS, V.; PRITCHARD, D. (Eds) *New Waves in Epistemology*. New York: Palgrave Macmillan, 2007. pp. 8-27.
- BLACK, T.; MURPHY, P. “In Defense of Sensitivity”, *Synthese*, CLIV, 1 (janeiro, 2007): 53-71.
<http://dx.doi.org/10.1007/s11229-005-8487-9>
- BRANDON, R. “Insights and Blindspots of Reliabilism,” *The Monist*, lxxxi, 3 (Julho, 1998): 371-92.
- CHISHOLM, R. *Theory of Knowledge*. 2ª ed., Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1977.
- COMENSAÑA, J. “Unsafe Knowledge,” *Synthese*, cxlvi, 3 (setembro 2005): 393–402.
- CONNOR, E.; FELDMAN, R. *Evidentialism*. New York: Oxford, 2004.
- CRAIG, E. *Knowledge and the State of Nature: An Essay in Conceptual Synthesis*. New York: Oxford, 1990.
- DANCY, J. *Introduction to Contemporary Epistemology*. New York: Blackwell, 1985.
- DRESTKE, F. “Epistemic Operators”, *Journal of Philosophy*, LXVII, 24 (dez. 24, 1970): 100-23
- _____. “Conclusive Reasons”, *Australasian Journal of Philosophy*, XLIX, 1 (maio, 1971): 1-22
- FRICKER, E. “Critical Notice: Telling and Trusting: Reductionism and Anti-Reductionism in the Epistemology of Testimony,” *Mind*, civ, 414 (Abril 1995): 393–411
- FRICKER, M. *Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing*. New York: Oxford, 2007.
<http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198237907.001.0001>
- _____. “Scepticism and the Genealogy of Knowledge: Situating Epistemology in Time,” in HADDOCK; MILLAR; PRITCHARD, eds., *Social Epistemology*. New York: Oxford, 2010, pp. 51–68
- GETTIER, E. “Is Justified True Belief Knowledge?”, *Analysis*, XXIII, 6 (junho, 1963): 121-23.
<http://dx.doi.org/10.1093/analys/23.6.121>
- GOLDMAN, A. “Discrimination and Perceptual Knowledge” *The Journal of Philosophy*, LXXIII, 20 (nov. 18, 1976): 771-91
<http://dx.doi.org/10.2307/2025679>
- GRECO. “Worries about Pritchard’s Safety”, *Synthese*, CLVIII, 3 (outubro, 2007): 299-302
- _____. “Agent Reliabilism,” *Noûs*, xxxiii, Suplemento Philosophical Perspectives, 13: Epistemology (Outubro, 1999): 273–96;
- _____. *Putting Sceptics in Their Place: The Nature of Skeptical Arguments and Their Role in Philosophical Inquiry*. New York: Cambridge, 2000.
- _____. *Achieving Knowledge: A Virtue-Theoretic Account of Epistemic Normativity*. New York: Cambridge, 2009.
- _____. “Knowledge as Credit for True Belief,” in DePAUL, M.; ZAGZEBSKI, L. (Eds) *Intellectual Virtue: Perspectives from Ethics and Epistemology*. New York: Oxford, 2003, pp. 111-34
<http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199252732.003.0006>
- _____. “The Nature of Ability and the Purpose of Knowledge”, *Philosophical Issues*, xvii, 1 (Setembro 2007): 57–69
- _____. “The Value Problem,” in HADDOCK; MILLAR; PRITCHARD. (eds), *Epistemic Value*. New York: Oxford, 2009, pp. 313–21
- _____. “What’s Wrong with Contextualism?” *Philosophical Quarterly*, lviii, 232 (julho 2008): 416–36
- HETHERINGTON, S. “There Can Be Lucky Knowledge in STEUP; TURRI (Eds), *Contemporary Debates in Epistemology*, 2ª ed., Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2013.
- HILLER, A.; NETA, R. “Safety and Epistemic Luck,” *Synthese*, clviii, 3 (outubro 2007): 303–14
- KAPPEL, K., “On Saying that Someone Knows: Themes from Craig,” in HADDOCK; MILLAR; PRITCHARD. (Eds) *Social Epistemology*, pp. 69–88.
<http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199577477.003.0004>
- KORNBLITH, H. (ed), *Epistemology: Internalism and Externalism*. Malden, MA: Blackwell, 2001.
- LACKEY, J. “Why We Don’t Deserve Credit for Everything We Know,” *Synthese*, clviii, 3 (Outubro, 2007): 345–61
- LANE, M. “States of Nature, Epistemic and Political,” *Proceedings of the Aristotelian Society*, xcix, 2 (1999): 211–24
<http://dx.doi.org/10.1111/1467-9264.00055>

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.9 – Nº.1	Julho 2016	p.148-181
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	-----------

- KUSCH, M. “Testimony and the Value of Knowledge,” in HADDOCK; MILLAR; PRITCHARD, (Eds). *Epistemic Value*, pp. 60–94
<http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199231188.003.0004>
- KVANVIG, J. “Responses to Critics,” in HADDOCK; MILLAR; PRITCHARD (Eds) *Epistemic Value*, pp. 339–51.
- LUPER, S. “The Epistemic Predicament: Knowledge, Nozickian Tracking, and Skepticism”, *Australasian Journal of Philosophy*, LXII, 1 (março, 1984): 26-50
<http://dx.doi.org/10.1080/00048408412341241>
- _____. “Indiscernability Skepticism”, in LUPER (ed.), *The Skeptics: Contemporary Essays*. Burlington, VT: Ashgate, 2003, pp. 183-202
- NETA, R.; ROHRBAUGH, G. “Luminosity and the Safety of Knowledge,” *Pacific Philosophical Quarterly*, lxxxv, 4 (dezembro 2004): 396–406
- NETA, R. “Epistemology Factualized: New Contractarian Foundations for Epistemology,” *Synthese*, cl, 2 (Maio 2006): 247–80
- NOZICK, R. *Philosophical Explanations*. New York: Oxford, 1981.
- PLANTINGA, A. *Warrant: The Current Debate*. New York: Oxford, 1993.
- PRITCHARD, D. “Sensitivity, Safety, and Anti-Luck Epistemology”, in GRECO, J. (ed) *The Oxford Handbook of Skepticism*. New York: Oxford, 2008, pp.437-55
- _____. “Resurrecting the Moorean Response to the Sceptic”, *International Journal of Philosophical Studies*, x, 3 (Agosto 2002): 283-307
- _____. *Epistemic Luck*. New York: Oxford, 2005
- _____. “Anti-Luck Epistemology”, *Synthese*, CLVIII, 3 (outubro, 2007): 277-97.
- _____. “Safety-Based Epistemology: Whither Now?”, *Journal of Philosophical Research*, XXXIV (2009): 33-45
- _____. “There Cannot be Lucky Knowledge”, in STEUP; TURRI (Eds.), *Contemporary Debates in Epistemology*, 2ª ed., Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2013.
- _____. “Evidentialism, Internalism, Disjunctivism”, in DOUGHERTY, T. (ed.), *Evidentialism and its Discontents*. New York: Oxford, 2011, pp. 235-53.
- _____. “Radical Scepticism, Epistemic Luck, and Epistemic Value,” *Aristotelian Society Supplementary Volume*, lxxxii, 1 (Junho 2008): 19–41
- _____. “Knowledge, Understanding and Epistemic Value,” in O’HEAR, A. (ed.), *Epistemology*. Royal Institute of Philosophy Lectures. New York: Cambridge, 2009, pp. 19–43
- _____. “The Value of Knowledge,” *Harvard Review of Philosophy*, xvi, 1 (2009): 2–19
- _____. “Recent Work on Epistemic Value,” *American Philosophical Quarterly*, xlv, 2 (Abril 2007): 85–110
- _____. “Greco on Knowledge: Virtues, Contexts, Achievements,” *Philosophical Quarterly*, lviii, 232 (julho 2008): 437–47
- _____. “Virtue Epistemology and Epistemic Luck, Revisited,” *Metaphilosophy*, xxxix, 1 (janeiro 2008): 66–88.
- _____. “Apt Performance and Epistemic Value,” *Philosophical Studies*, cxliii, 3 (Abril 2009): 407–16
- PRITCHARD; MILLAR, A.; HADDOCK, A. *The Nature and Value of Knowledge: Three Investigations*. New York: Oxford, 2010.
<http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199586264.001.0001>
- PRITCHARD, D.; SMITH, M. “The Psychology and Philosophy of Luck”, *New Ideas in Psychology*, XXII, (abril 2004): 1-28.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.newideapsych.2004.03.001>
- PRITCHARD; TURRI. “The Value of Knowledge,” in ZALTA, ed., *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2012), online em <http://plato.stanford.edu/entries/knowledge-value/>.
- ROUSH, S. *Tracking Truth: Knowledge, Evidence, and Science*. New York: Oxford, 2005.
<http://dx.doi.org/10.1093/0199274738.001.0001>
- SAINSBURY, R.M. “Easy Possibilities”, *Philosophy and Phenomenological Research*, LVII, 4 (dezembro, 1977): 907-19.
- SOSA, E. “How to Defeat Opposition to Moore”, *Noûs*, XXXIII, Suplemento: Philosophical Perspectives, 13: Epistemology (outubro 1999): 141-53.
- _____. *Virtue Epistemology: Apt Belief and Reflective Knowledge*, Volume I. New York: Oxford, 2007.
- _____. *Reflective Knowledge: Apt Belief and Reflective Knowledge*, Volume II. New York: Oxford, 2007.
- _____. *Knowledge in Perspective: Selected Essays in Epistemology*. New York: Cambridge, 1991.
- STEUP, M. “The Analysis of Knowledge”. In ZALTA, E. N (Ed). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. 2006. Disponível online em: <http://plato.stanford.edu/entries/knowledge-analysis/index.html>

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.9 – N.º.1	Julho 2016	p.148-181
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

- TRUNCELLITO, D. “Epistemology”. In: DOWDEN, B; FIESER, J. (Eds) *Internet Encyclopedia of Philosophy* (2007), online em <http://www.iep.utm.edu/epistemo/>
- WILLIAMS, B. *Truth and Truthfulness: An Essay in Genealogy*. Princeton: University Press, 2002.
- WILLIAMSON, T. *Knowledge and its limits*. New York: Oxford, 2000.
- ZAGZEBSKI, L. *Virtues of the Mind: An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge*. New York: Cambridge, 1996.
- <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9781139174763>

Recebido em: 27/11/2015

Aprovado para a publicação em: 25/07/2016